

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem

Maria Piedade Teodoro da Silva

**INTERAÇÃO E PERSUASÃO EM ARTIGO DE OPINIÃO DE CARLOS HEITOR
CONY: Um enfoque Sistêmico-Funcional**

São Paulo

2013

Maria Piedade Teodoro da Silva

**INTERAÇÃO E PERSUASÃO EM ARTIGO DE OPINIÃO DE CARLOS HEITOR
CONY: Um enfoque Sistemico-Funcional**

Dissertação apresentada à Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, como
parte dos requisitos exigidos para obtenção do
título de Mestre em Linguística Aplicada e
Estudos da Linguagem.

Orientadora: Doutora Sumiko Nishitani Ikeda

São Paulo

2013

Maria Piedade Teodoro da Silva

**INTERAÇÃO E PERSUASÃO EM ARTIGO DE OPINIÃO DE CARLOS HEITOR
CONY: Um enfoque Sistêmico-Funcional**

Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem.

Sumiko Nishitani Ikeda (Orientadora) - PUC – SP

Dieli Vesaro Palma - PUC – SP

Sílvia Helena Nogueira – Anhanguera Educacional

São Paulo, 15 julho de 2013

Dedico esta tese à minha família por cercar de respeito às minhas escolhas e assessorar-me para que eu pudesse dedicar-me aos estudos e ainda à parceira de viagem e de estudo, Máisa dos Santos Souza, companheira fiel e carinhosa ao longo do curso.

AGRADECIMENTOS

É o momento de agradecer...

Agradeço a Deus que recorri, não só para pedir, mas, principalmente, para agradecer a concretização de mais essa etapa da minha vida profissional.

À minha orientadora, professora doutora Sumiko Nishitani Ikeda, não só pela dedicação e contribuições durante a elaboração deste trabalho, mas ainda por ser uma profissional competente, comprometida com a sua profissão e por ter feito apaixonar-me pela Gramática Sistêmico-Funcional.

A todos os participantes da banca que dispuseram estar aqui para contribuírem para o meu crescimento pessoal e profissional.

Ao meu marido, Renê, pelo amor e cumplicidade, afagos e incentivos mesmo em pleno silêncio.

Aos meus filhos Renata e Júnior, à minha neta Camila Paz e ao meu genro, Camilo, por compreenderem, muitas vezes, minha ausência e cansaço e ainda por me darem oportunidade de lhes servir de referência.

À minha querida mãe, Erondina, meus irmãos (Raimunda, Sônia, Claudia, Altair, José Augusto, João Paulo, Edmilson e José Itamar, in memoriam) e aos meus amigos de verdade, Edina e Emanuel, que torceram por mim e me incluíram nas suas orações, pedindo a Deus que estivesse ao meu lado para que eu conseguisse atingir esse feito.

Meu reconhecimento à professora doutora, Mara Sophia Zanotto, e aos colegas do Mestrado da PUC-SP, pessoas que compartilharam comigo seu saber, sua solidariedade. Com eles, tive a oportunidade de me divertir, conviver e crescer.

Não diga que a vitória está perdida, se é de batalhas que se vive a vida. (RAUL SEIXAS, 2003)

RESUMO

Os objetivos do ensino de Língua Portuguesa para o Ensino Médio, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - uma vez considerados os gêneros previstos para determinado ciclo, ajustados a seus objetivos e leitores - são: a compreensão do sentido de mensagens; o desenvolvimento da sensibilidade para reconhecer a intencionalidade implícita e conteúdos discriminatórios ou persuasivos; e a produção de textos escritos, coesos e coerentes. O tema, inicialmente, escolhido para esta dissertação de mestrado havia sido o exame da produção escrita de alunos do Ensino Médio, enfocando a dissertação argumentativa, com a finalidade de verificar as causas das notas insuficientes a eles atribuídas em concursos públicos e particulares. Verificou-se, porém, que a tarefa exigia um passo anterior a essa pesquisa, o exame da identificação dos elementos que constituem um texto argumentativo persuasivo e bem estruturado. Que características marcariam um texto bem avaliado, e que deixam de apoiar textos julgados insuficientes? A resposta a essa questão requer um embasamento teórico que permita julgar com conhecimento de causa textos que não respondem, satisfatoriamente, a esses critérios. O objetivo desta pesquisa é o exame da persuasão que percorre o artigo de opinião, de Carlos Heitor Cony, publicado no site da Academia Brasileira de Letras, *Esfola! Mata!*, por meio das propostas teórico-metodológicas da Gramática Sistêmico-Funcional. Para tanto, deve responder às seguintes perguntas de pesquisa: (a) como se caracteriza a estruturação de gênero nesse artigo, tendo em vista a questão da persuasão? (b) como é feita a relação entre as formas linguísticas e a ideologia que subjaz a esse artigo para garantir a persuasão na argumentação desenvolvida nesse texto? Os resultados das análises mostram que a observação da estrutura genérica do artigo, via função interativa, e das escolhas léxico-gramaticais, por meio da função interacional, são uma opção para garantir a persuasão que apoia a argumentação tecida por Cony.

Palavras-chave: Artigo de opinião. Gênero. Persuasão. Argumentação. Gramática Sistêmico-Funcional.

ABSTRACT

The goals of the Portuguese Language teaching for high school, according to the national curriculum Parameters (PCN)-once considered the genres provided for a given cycle, adjusted to your goals and readers-are: understanding the meaning of messages; the development of sensitivity to recognize the implicit and discriminatory contents intentionality or persuasive; and the production of written texts, cohesive and consistent. The first theme chosen for this master's thesis was an examination of the written work of high school students, focusing on the argumentative essay, in order to verify the causes of insufficient notes assigned to them in public and private tenders. It was found, however, that the task required a prior step to this research, the identification of elements that constitute a persuasive argumentative text and well structured. What features would mark a text well evaluated, and who do not support texts judged insufficient? The answer to this question requires a theoretical basis which makes it possible to judge knowingly texts that do not respond satisfactorily to these criteria. The objective of this research is the examination of the persuasion that traverses the opinion piece by Carlos Heitor Cony, published on the website of the Brazilian Academy of letters, *skinning! Kill!*, by means of theoretical-methodological proposals of Systemic-Functional Grammar. To do so, you must answer the following research questions: (a) how is the generic structure in this article, with a view to the issue of persuasion? (b) how is the relationship between the linguistic forms and the ideology that underlies this article to ensure the persuasion on the arguments in this text? The results of the analyses show that the generic structure of the article, via interactive, and function of lexical-grammatical choices, through the interactional function, are an option to ensure the persuasion that supports the argument woven by Cony.

Keywords: Opinion article. Genre. Persuasion. Argumentation. Systemic-Functional Grammar

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de processos na GSF.....	07
Quadro 2 - Divisão de Metafunção Interpessoal.....	09
Quadro 3 - Avaliatividade.....	23
Quadro 4 - Recursos de Avaliatividade (<i>APPRAISAL</i>).....	24
Quadro 5 - Os sub-sistemas da Avaliatividade.....	24
Quadro 6 - Meios de ativação de Julgamento.....	25
Quadro 7 - A Linguística Crítica.....	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC – Análise do Discurso Crítica

COGEAE/PUC-SP - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

DT – Demóstenes Torres

GSF - Gramática Sistemico-Funcional

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

SARESP - Sistema de Avaliação e Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

TR - Textos de reportagem

Fonte: Elaborada pela autora

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. APOIO TEÓRICO.....	4
2.1 A Gramática Sistêmica Funcional.....	4
2.1.1 A Metafunção Ideacional: a Transitividade.....	6
2.1.2 A Metafunção Textual.....	7
2.1.3 A Metafunção Interpessoal.....	8
2.2 A Linguística Crítica.....	10
2.3 A Proposta de Li.....	12
2.4 A Função Interativa.....	13
2.4.1 Gênero.....	13
2.4.1.1 Gênero e Modos textuais.....	15
2.4.1.2 A Estrutura do Texto Argumentativo.....	15
2.4.1.3 A Teoria da Argumentação.....	17
2.5 A Função Interacional.....	19
2.5.1 A ideologia.....	19
2.5.2 A Persuasão.....	21
2.5.3 A Avaliatividade (APPRAISAL).....	22
2.5.3.1 A realização prosódica da Avaliatividade.....	25
2.5.3.2 Informação adicional à avaliação	27
3. METODOLOGIA.....	28
3.1 Dados e Procedimentos de Análise.....	29
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	29
4.1. Análise de gênero.....	30
4.1.1 Análise do artigo “Esfola! Mata!”.....	31
4.1.2 Discussão geral da análise de gênero.....	35
4.1.3 Análise da Transitividade e da Modalidade/Avaliatividade.....	36
4.1.4 Discussão geral da análise da Transitividade e da Avaliatividade/ Modalidade.....	42
4.1.5 Análise da ideologia subjacente à persuasão que percorre o texto.....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45

1. INTRODUÇÃO

O tema inicialmente escolhido para esta dissertação de mestrado havia sido o exame das redações de alunos do Ensino Médio com a finalidade de verificar as causas das notas insuficientes obtidas em exames de instituições públicas e particulares. Dentre as motivações para a escolha desse tema, uma foi de importância fundamental: a discussão da proposta da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo sobre a necessidade da criação de metas para a elevação dos índices nos resultados das provas do Sistema de Avaliação e Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). Em outros termos: nós, professores, deveríamos tomar uma atitude diante desse fato.

Além disso, a questão envolve o fato de que o exercício pleno da cidadania depende do conhecimento da língua, como afirmam os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 23):

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento.

Assim, o ensino de Língua Portuguesa, no Ensino Médio, segundo os PCN, deve focar, em especial, a compreensão e a produção de textos escritos, uma vez considerados os gêneros previstos para determinado ciclo e ajustados a seus objetivos e leitores; esse ensino também deve deter-se na compreensão do sentido de mensagens orais e escritas, desenvolvendo a sensibilidade para reconhecer a intencionalidade implícita e conteúdos discriminatórios ou persuasivos, especialmente, nas mensagens veiculadas pelos meios de comunicação, devem ter como meta textos escritos, coesos e coerentes.

Diante dos resultados dos exames acima referidos, pode-se supor que esses fatores, que envolvem um bom texto, não seriam encontrados nas redações da maioria dos meus alunos. Por outro lado, a bem da verdade, sentia que não estava preparada para criar situações de aprendizagem para que meus discentes conseguisse esse resultado. A tarefa exigia um passo a mais em direção a um conhecimento específico sobre a produção da modalidade escrita, sobretudo, do

texto dissertativo-argumentativo, que é, em geral, exigido nesses exames. Esse foi o motivo que direcionou a presente pesquisa para análise de artigo de opinião publicado em jornais, para formar uma base teórica que permitisse um julgamento objetivo da produção discente, calcado em conhecimento de causa, embasado em bibliografia da área.

A produção de um texto escrito é um processo social, porque representa uma interação entre escritor e leitor (SINCLAIR, 1981, *apud* HALLIDAY; HASAN, 1989) e também porque o texto representa um papel em um determinado sistema social (HALLIDAY; HASAN, 1989) e, posto que os sistemas sociais incorporam ideologias, isso exige que qualquer texto é para ser entendido no contexto de uma determinada ideologia.

Já que haverá, sempre, valores implicados no uso da língua, diz Fowler (1991), deve ser justificável praticar um tipo de linguística direcionada para a compreensão de tais valores, e propõe uma análise que denominou Linguística Crítica. Para o autor, *qualquer* aspecto da estrutura linguística carrega significação ideológica: seleção lexical, opção sintática, dentre outros, havendo assim modos diferentes de tratarem a mesma situação. Diferenças em expressão, o autor continua, trazem distinções ideológicas (e assim diferenças de representação).

Constado esse aspecto, o exame de artigo de opinião, com enfoque na persuasão, leva em consideração questões referentes à chamada *consciência da audiência* por parte do escritor (LEE, 2008), envolvendo a função interpessoal, composta pelo componente interativo e pelo componente interacional. O componente interativo refere-se à estrutura do texto, no caso, do *gênero artigo de opinião* - com seus estágios e finalidades (MARTIN, 1984, p. 25); o componente interacional apoia-se nas escolhas léxico-gramaticais feitas pelo autor do texto, para a realização de três significados, cobrindo a informação, a interação e a construção do texto, segundo proposta da Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), doravante, GSF.

A persuasão para ser bem sucedida exige, a seu favor, a formulação de sólida argumentação. A argumentação visa a provocar ou a incrementar a “adesão dos espíritos às teses apresentadas ao seu assentimento”, conforme Perelman (1970, *apud* KOCH, 1987). Por outro lado, deve-se considerar que a ação verbal é

dotada de intencionalidade, pois busca fluir sobre o comportamento do outro ou partilhar opiniões (KOCH, 2002).

Nesse contexto, a GSF, com o fim de classificar significados produzidos por atores sociais, concebe a língua como a expressão de três metafunções concorrentes a fim de entender o mundo e o outro (HALLIDAY, 1994, HALLIDAY; MATTHIESSE, 2004; MARTIN, 2000, 2003): Ideacional (a informação), Interpessoal (a interação) e Textual (a construção do texto oral ou escrito, de acordo com seu propósito e as exigências do meio sócio-histórico-cultural), Como Martin e White (2005, p. 7) explicam, "a GSF é um modelo multi-perspectivo, designado a dar aos analistas lentes complementares para a interpretação da língua em uso".

O objetivo dessa pesquisa, então, é o exame, de cunho crítico, da persuasão que percorre um artigo de opinião, da autoria de Carlos Heitor Cony, *Esfola! Mata!*, publicado na *Folha de São Paulo* em 17.07.12., in: Academia Brasileira de Letras. Para tanto, esse estudo examina a função Interativa referente à estrutura de gênero e suas implicações na produção de um texto coerente e coeso, bem como a função Interacional, envolvendo as escolhas léxico-gramaticais que realizam as metafunções, detendo-se em especial nas metafunções Ideacional e Interpessoal. Para tanto, deve responder às seguintes perguntas de pesquisa: (a) como se caracteriza a estruturação de gênero nesses artigos, tendo em vista a questão da persuasão? (b) como é feita a relação entre as formas linguísticas e a ideologia que subjaz a esses artigos para garantir a persuasão na argumentação desenvolvida nesses textos?

A pesquisa recorre à GSF, uma teoria que percebe a língua como um processo social, e cuja multifuncionalidade é essencial à análise do discurso, segundo Fairclough (1992). Também Fowler (1991), analista crítico do discurso, aponta o modelo funcional de Halliday como o melhor modo para se examinar a conexão entre a estrutura linguística e os valores sociais.

Essa dissertação de mestrado está assim estruturada: 1. Introdução; 2. Fundamentação Teórica, que examina a teoria que embasa a análise da persuasão dos artigos de opinião, com enfoque na metafunção Interpessoal, distinguindo a função Interativa (o exame da estrutura de Gênero e a Teoria da Argumentação); e a função Interacional (o exame da relação entre a microestrutura das escolhas léxico-

gramaticais e a macroestrutura da ideologia); 3. Metodologia. 4. Análise e Discussão dos Resultados; 5. Considerações Finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise do artigo de opinião, com vistas ao exame crítico da persuasão, apoia-se basicamente na GSF, que inicia este capítulo, em cujo bojo encontra-se a Linguística Crítica, bem como a metafunção Interpessoal, dividida em duas partes principais: (a) a função Interativa, que examina o gênero artigo de opinião, em seus estágios e finalidades, abrangendo a Teoria da Argumentação (TOULMIN, 1958) com as fases de uma argumentação; (b) a função Interacional, que, unindo a microestrutura das realizações linguísticas e a macroestrutura da ideologia subjacente aos artigos, examina as metafunções Ideacional e Interpessoal, incluindo o posicionamento do seu autor, por meio da avaliação, não só do conteúdo da mensagem, mas também do seu interlocutor.

2.1 A Gramática Sistêmico-Funcional

A GSF, proposta por Halliday (1994) e seus colaboradores, explica o modo como os significados são construídos nas interações linguísticas do dia-a-dia; por isso requer a análise de produtos autênticos das interações sociais, levando em conta o contexto social em que ocorre, a fim de entender a razão de um texto significar o que significa, e por que ele é avaliado como o é.

Para Halliday, a língua está estruturada para construir, simultaneamente, três tipos de significados ou metafunções: *Ideacional*, *Interpessoal* e *Textual*. Essa fusão é possível porque a língua é um *sistema semiótico*, ou seja, um código convencionalizado e organizado como um conjunto de escolhas feitas na léxico-gramática, um nível intermediário entre esses significados e a realização linguística oral ou escrita. Na GSF, a semântica está naturalmente (não arbitrariamente) relacionada à gramática, e ela entra na língua por intermédio das orações, de acordo com Halliday. Daí porque Halliday dizer que a descrição gramatical é essencial à análise textual.

Subjacente à GSF, existem quatro premissas maiores. O modelo estabelece que o uso da língua é funcional; pois sua função é construir significados que são influenciados pelo contexto social e cultural em que são intercambiados; por isso o processo de uso da língua é um processo semiótico, um processo de fazer significado por meio de escolhas (EGGINS, 2004, p. 3).

Quando se faz uma escolha no sistema linguístico, o que se escreve ou o que se diz adquire significado contra um fundo em que se encontram as escolhas que poderiam ter sido feitas. O que distingue a GSF é que ela procura desenvolver uma teoria sobre a língua como um processo social e uma metodologia que permita uma descrição detalhada e sistemática dos padrões linguísticos.

É por essas razões que a GSF é descrita como "uma abordagem semântico-funcional da língua" (EGGINS, 2004, p. 20), uma teoria que procura entender como as pessoas usam a língua em diferentes contextos sociais, para fazer sentido do mundo e de cada um. Por outro lado, é imprescindível para a GSF, a consideração da inter-relação entre língua e contexto. Os contextos que afetam a língua, para os sistemicistas, são sociais: (a) *gênero* (contexto cultural) e *registro* (contexto situacional).

O gênero representa os processos sociais em estágios orientados para uma finalidade de uma dada cultura, tais como a narrativa, uma anedota, uma reportagem, um relato, um procedimento, etc., e, por isso, são em geral rotulados de contexto de cultura. O registro, por outro lado, refere-se ao contexto de situação (MARTIN, 1992). Na GSF, o registro é organizado pelas três variáveis contextuais, *Campo* (assunto), *Relações* (status dos interactantes) e *Modo* (organização do texto). Essas três variáveis contextuais de registro são, por sua vez, organizadas pelas metafunções da linguagem (HALLIDAY, 1978).

Há também um terceiro contexto – o *ideológico*, que mais recentemente tem sido abordado pela GSF. A ideologia ocupa um nível superior de contexto, referindo-se a posições de poder, a vieses políticos e a suposições sobre valores, tendências e perspectivas que os interlocutores trazem para seus textos, e tem chamado a atenção dos sistemicistas, na medida em que, em qualquer registro, em qualquer gênero, o uso da língua será sempre influenciado pela nossa posição ideológica. A análise dos aspectos ideológicos tem sido feita, dentre outros, pela Linguística Crítica (FOWLER, 1991).

A seguir, serão examinadas as metafunções Ideacional, Textual e a Interpessoal.

2.1.1 A Metafunção Ideacional: a Transitividade

A metafunção Ideacional representa os eventos das orações em termos de *fazer*, *sentir* ou *ser*, por meio do sistema da Transitividade, um componente analítico-chave da função Ideacional da língua. A Transitividade, de acordo com Halliday (1994), trata da codificação pelos usuários da língua de suas experiências com o mundo que os cerca (1994). A Transitividade está interessada nas relações semânticas de poder de 'quem faz o quê para quem', tem o potencial de categorizar e avaliar a infinita variedade de ocorrências em um conjunto finito de tipos de Processo. A análise da Transitividade pode, examinando as escolhas feitas no texto referentes a estados de ser, ações, eventos e situações referentes a dada sociedade, mostrar o viés e a manipulação envolvidas nessas representações.

Para Halliday (1994), os Processos semânticos representados na oração têm potencialmente três componentes: o próprio **Processo**, que é expresso pelo grupo verbal da oração; os **Participantes** envolvidos no processo, realizados pelos grupos nominais da oração; e as **Circunstâncias** associadas com o processo, expressas por grupos adverbiais ou preposicionais. O autor ainda sugere a classificação dos Processos, conforme representem ações, eventos, estados da mente ou estados de ser. **Material**, **Mental** e **Relacional** são os três tipos principais no sistema da Transitividade, referindo-se, respectivamente, a ações ou eventos do mundo externo, a experiência interna da consciência e os processos que classificam e identificam. Nos limites entre esses Processos, estão o **Comportamental** (manifestações externas de atividades internas, situado entre o Material e o Mental), o **Verbal** (relações simbólicas construídas na consciência humana e em estados fisiológicos, situado entre o Mental e o Relacional) e o **Existencial** (Processos relacionados à existência, situado entre o Material e o Relacional).

É, então, como determina a GSF, essa categoria léxico-gramatical que admite identificar as atividades humanas expressas no discurso e da realidade que se retrata na e pela linguagem, pois é, por intermédio da linguagem, que o falante da

língua discorre sobre as próprias experiências, sentimentos e opiniões, sobre pessoas, sobre objetos e sobre relações existentes no mundo exterior e interior.

Veja resumo dos Processos no Quadro 1.

Quadro 1 - Tipos de processos na GSF

Processos	Participantes ligados ao processo
Material	[...] <u>ele</u> <u>chutou</u> <u>o cachorro</u> <u>na rua</u> Ator Material Meta Circunstância
Comportamental	[...] <u>ele</u> [perdeu a cabeça e] <u>chutou</u> Comportante Comportamental
Mental	[...] <u>eu</u> [fiquei] <u>sabendo</u> <u>de mais uma</u> Experienciador Mental Fenômeno <u>coisa</u> "fiquei" pertence à metafunção Interpessoal.
Verbal	[...] <u>cidadão</u> <u>agradece</u> <u>o carinho da mulher</u> Dizente Verbal Verbiagem
Relacional	<u>a causa</u> [...] <u>continua</u> <u>de pé</u> Portador Relacional Atributo
Existencial	[...] <u>temos</u> <u>o caso do ex-senador</u> <u>no Brasil</u> Existencial Existente Circunstância

Fonte: Halliday (1994) (Adaptado por SILVA, 2013)

2.1.2 A metafunção Textual

Na GSF, toda oração possui uma estrutura temática, e **Tema** é definido como sua posição inicial, enquanto o resto constitui o **Rema**. As posições iniciais são uma chave importante para a análise da textura e da coerência do discurso. Isso se aplica a posições iniciais no contexto de unidades construcionais de turno, turnos e sequências, e à posição inicial de orações, sentenças, parágrafos e textos. A relevância da posição inicial não se apoia apenas na delimitação baseada-em-estrutura, servindo como "ponto de partida da mensagem" (HALLIDAY, 1994, p. 38), mas também pelas suas funções semânticas e pragmáticas. O Tema, ao indicar o modo como uma contribuição comunicativa prévia deve ser considerada e como o

discurso deve prosseguir, contribui para a construção da coerência do discurso (FETZER, 2008).

Com relação à sua função discursiva, o Tema expressa a ligação entre o que foi dito ou escrito, realizando assim a função anafórica; ao mesmo tempo ele expressa a ligação com o que vai ser dito ou escrito, preenchendo assim a função catafórica.

Por outro lado, segundo Figueiredo (2009), as escolhas das posições temáticas determinam as partes do discurso que são proeminentes, mas também quais estão relacionadas; quais são complementares ou opostas. Como consequência, sempre que os escritores constroem discursos, eles também estabelecem a lógica para interpretar a informação.

2.1.3. A metafunção Interpessoal

Segundo Halliday (1994), com sua organização como mensagem, a oração está também organizada como um evento interativo, envolvendo a audiência. Esse é um fato essencial deve ser considerado tanto na fala quanto na escrita, diz Lee (2008, p. 240), quando trata da noção de "consciência da audiência" por parte do autor da mensagem. No ato da fala, o falante adota para si um papel de fala, e assim atribui ao ouvinte um papel complementar que ele quer que este adote. Por exemplo, ao fazer uma pergunta, o falante está fazendo o papel de procurador de informação, requerendo que o ouvinte faça o papel de fornecedor da informação.

Os tipos fundamentais de papel de fala, que ficam subjacentes a todos os demais tipos mais específicos que possam existir, são apenas dois: (i) dar, e (ii) pedir. O falante ou está dando ou está pedindo algo para o ouvinte (uma informação, por exemplo). Mesmo essas categorias elementares já envolvem noções complexas: dar significa 'convidando a receber', e pedir significa 'convidando a dar'. O falante está não somente fazendo algo; ele está também pedindo algo do ouvinte. Tipicamente, portanto, um 'ato' de fala é algo que poderia ser mais apropriadamente chamado de uma 'interação': é uma permuta, na qual dar implica receber e pedir implica dar em resposta. Juntamente com essa distinção básica está outra distinção,

igualmente, fundamental, que se relaciona com a natureza do produto que está sendo permutado. Este pode ser *bens e serviços* ou *informação*.

Autores, como Lemke (1992), notam que a abordagem hallidayana tende a confundir as funções interpessoais (Modo) e a função do 'intrometimento' pessoal (Modalidade). Nesse contexto, Thompson e Thetela (1995) propõem que se faça uma distinção no interior da metafunção Interpessoal, e vê-la abrangendo duas funções relacionadas, mas relativamente independentes: PESSOAL (Modalidade) e INTERACIONAL (Modo). Além disso, propõem a função INTERATIVA (para guiar o leitor através do texto, por exemplo, *em resumo, como dissemos antes, etc.*). Veja Quadro 2.

A função Interativa, que seria considerada pelos systemicistas como pertencente à metafunção Textual, é hoje incluída na metafunção Interpessoal, já que leva em conta o conhecimento do leitor, suas experiências textuais e suas necessidades de processamento, em sua função de orientar o interlocutor na compreensão da mensagem (HYLAND, 2005); HYLAND; TSE, 2004). Assim, Hyland e Tse (2004), ao discutirem o marcador discursivo, propuseram uma mudança na terminologia, adotando o rótulo sugerido por Thompson (2001) de metadiscorso Interativo e metadiscorso Interacional, ambos incluídos na metafunção Interpessoal.

Quadro 2 - A divisão na metafunção Interpessoal

METAFUNÇÃO INTERPESSOAL	<i>Pessoal</i> [Modalidade]	Modalidade	<ul style="list-style-type: none"> ● responsabilidade aceita ● responsabilidade camuflada
		Avaliação [Avaliatividade]	<ul style="list-style-type: none"> ● proposicional ● encaixada
	<i>Interacional</i> [Modo]	Papéis desempenhados	<ul style="list-style-type: none"> ● direto ● indireto
		Papéis projetados	<ul style="list-style-type: none"> ● nomeação ● atribuição
	<i>Interativo</i>	Hoje incluído na metafunção Interpessoal.	

Fonte: Thompson; Thetela (1995)

Thompson e Thetela examinam os:

- (a) **papéis desempenhados** (MOOD) realizados pelo ato de fala por si ('papéis de fala' : o participante não pode não desempenhar estes papéis: perguntador

ou respondedor, por exemplo) *Sente-se!* [ordenador] *versus Por que você não tira o peso sobre seus pés por uns momentos?* [solicitador/questionador]

- (b) **papéis projetados** [(MOOD) referem-se à rotulação dos falante/ouvinte. ("*Senhor*" X "*Participante do congresso*" X "*CEO da IBM*"). Este é o ponto em que o componente *interpessoal* se sobrepõe ao *ideational* no modelo de Halliday, já que, se o escritor projeta papéis, a pessoa sobre quem o papel é projetado é simultaneamente um participante no evento linguístico e um Participante na oração.

Em (1), "aluno" tem, ao mesmo tempo, o rótulo de "aluno" e é também o Beneficiário do Processo "ganhar".

(1) O aluno ganhou um prêmio.

2.2.1. A Linguística Crítica

No contexto da tradição da GSF, Fowler (1991) sugere que padrões alternativos na língua, associam valores diferentes ao discurso, com implicações ideológicas. Segundo ele, a análise da Transitividade pode oferecer intravisiões sobre as percepções do escritor sobre ações, eventos, situações, bem como os modos pelos quais a interpretação do leitor é orientada em determinada direção. Em última instância, ela permite ver como as estruturas linguísticas constroem ideologias específicas.

Da perspectiva social, diz Fairclough (1992), a análise da Transitividade oferece intravisiões sobre fatores sociais, culturais e ideológicos, que podem influenciar o significado de um texto. Conseqüentemente, essa análise mostra a atribuição, por exemplo, de Ator a determinados Participantes, e, assim, oferece um instrumento útil para mostrar a construção da realidade pela língua por meio da categorização, caracterização e da polarização por meio do discurso.

A Análise do Discurso Crítica (ACD), no campo das pesquisas em linguagem, é uma vertente que procura estudar o discurso como elemento socialmente constituído e constitutivo, desvendando seus efeitos ideológicos e sua naturalização.

Segundo Caldas-Coulthard (1997), embora Bakhtin/Voloshinov, em publicação de 1929, tenha estabelecido no início do século XX os princípios para uma análise crítica, e Firth (1935) tenha sugerido que a língua é, não só um modo de uma pessoa se comportar, mas também de fazer os outros se comportarem, foi somente nos anos oitenta que a orientação crítica começou a se impor.

A abordagem crítica inclui a Linguística Crítica, de Fowler et al. (1979, 1991), o trabalho de Fairclough sobre linguagem e poder (1989, 1992a, 1992b), a abordagem da análise do discurso desenvolvida por Pêcheux (1982), estudos culturais desenvolvidos mais recentemente (SCANELL, 1991) e os trabalhos sobre linguagem e gênero social (CAMERON, 1985, 1990; CALDAS-COUTHARD e COUTHARD, 1996; entre outros).

A Linguística Crítica, uma das correntes formadoras da ADC, é uma abordagem que foi desenvolvida por um grupo da Universidade de East Anglia, Inglaterra, na década de 1970 (FOWLER et al., 1979; KRESS e HODGE, 1979). Segundo Fairclough (1992a, p. 46): “Eles tentaram casar um método de análise linguística e textual com uma teoria social da linguagem em processos políticos e ideológicos, recorrendo à teoria linguística funcionalista associada a Michael Halliday (1978, 1985).

O ponto teórico principal na análise de Fowler é o de que *qualquer* aspecto da estrutura linguística carrega significação ideológica. Assim, na medida em que sempre há valores implicados no uso da língua, deve ser justificável praticar um tipo de linguística direcionada para a compreensão de tais valores. Esse é o ramo que se tornou conhecido como Linguística Crítica.

A análise crítica está interessada no questionamento das relações entre signo, significado e o contexto sócio-histórico que governam a estrutura semiótica do discurso, usando um tipo de análise linguística. Ela procura, estudando detalhes da estrutura linguística à luz da situação social e histórica de um texto, trazer, para o nível da consciência, os padrões de crenças e valores codificados na língua – que estão subjacentes à notícia e que são invisíveis para quem aceita o discurso como algo “natural”.

Os fundamentos da semiótica foram lançados por Saussure e Peirce no início do século XX. Hoje, seus princípios são entendidos da seguinte forma: entre seres

humanos e o mundo que experienciam, há um sistema de signos, que é um produto da sociedade. Os signos adquirem significado ao serem estruturados em códigos, sendo a língua o principal deles. O código linguístico dota o mundo com um significado ao organizá-lo em categorias e relações, que não são “naturais”, mas representam interesses, valores e comportamentos de uma comunidade.

2.2.2 A Proposta de Li

Li (2010) investiga as relações entre escolhas de certas formas linguísticas e as ideologias/relações de poder que subjazem a essas formas. Guiada por propostas de análise do discurso crítica e com o apoio do contexto analítico oferecido pela Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), Li examina duas dimensões da gramática da oração: Transitividade e coesão lexical, associadas respectivamente com as funções Ideacional e Textual da linguagem (HALLIDAY, 1994). Analisando aspectos da gramática da oração relacionados a essas duas dimensões da linguagem, o autor mostra que as interpretações e os papéis sociais dos atores envolvidos no evento são construídos pelas escolhas específicas feitas nas duas dimensões da organização do texto.

Segundo Li (2010), apesar da série de abordagens à Análise do Discurso Crítica (ADC), o que há de comum entre elas é a compreensão de como as ideologias sociopolíticas ou socioculturais estão entrelaçadas com a língua e o discurso. Uma premissa básica de todas as formas da ADC é que o uso da língua no discurso implica significados ideológicos e que há restrições discursivas no que diz respeito ao uso da língua e aos significados implicados (VAN DIJK, 1993; FOWLER, 1996; FAIRCLOUGH, 1995).

Van Dijk (1993, 1997), por exemplo, desenvolve uma abordagem da ADC que procura ligar o texto com o contexto, integrando a análise textual com processos de produção e de interpretação do discurso. Analisando a estrutura do discurso de textos de reportagem, Van Dijk (1985) oferece um modelo analítico de três níveis.

O primeiro nível, a **superestrutura**, refere-se a esquemas textuais que desempenham um papel importante na compreensão e na produção de um texto.

Incluídas aí estão a estrutura temática hierarquizada dos textos, a organização geral em termos de temas e tópicos, que envolve as *formas linguísticas* concretas do texto, como as escolhas lexicais, variações sintáticas ou fonológicas, relações semânticas entre proposições e traços retóricos e estilísticos.

Essas formas linguísticas no nível superficial implicam significados no terceiro nível, a *estrutura profunda*. Aqui, o analista da ADC examina, por exemplo, posições ideológicas subjacentes expressas por certas estruturas sintáticas como as construções passivas, ao omitir ou ao desenfatar agentes da posição de sujeito ou atribuir maior poder a certos indivíduos ou grupos sociais por meio de escolhas retóricas específicas.

A abordagem de Van Dijk tenta relacionar a noção **macro** da ideologia às noções **micro** dos discursos e das práticas sociais de membros de grupo, estabelecendo um elo entre o social e o individual, o macro e o micro, o social e o cognitivo. Essa abordagem da análise da ideologia e do discurso é, especialmente, útil no exame do uso do discurso por diferentes grupos, a fim de comunicar ideologias específicas para membros do grupo ou fora do grupo. Além disso, essa abordagem permite ao analista ver como os membros de diferentes grupos sociais podem articular e defender, discursivamente, suas ideologias para servir aos interesses do grupo. Por meio dessa análise, podemos entender como diferentes grupos sociais são construídos e diferenciados no texto com base na língua e na ideologia, e como eles adquirem e reproduzem ideologias através do discurso.

Apresento, a seguir, compondo a metafunção Interpessoal, as funções Interativa e Interacional, objetos de maior atenção nesta pesquisa, e discuto as noções de persuasão e avaliação, fatores que incluem a relação autor/receptor de texto.

2.3 A Função Interativa

Conforme já foi referido acima, a função Interativa refere-se a elementos incluídos no texto para guiar o leitor no texto que se desenrola. Dentre esses elementos, podem-se citar a estrutura do texto, os chamados "marcadores discursivos" ou "marcadores metadiscursivos", envolvendo vários tipos de

marcadores e conectivos (TABOADA, 2006, p. 572). Nesta dissertação, será enfocada a estrutura do gênero de artigo de opinião.

2.3.1 Gênero

Gêneros do discurso, como define Bakhtin (1997 [1952-1953], p. 279), são tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados por cada esfera de utilização da língua. Incluem desde o diálogo cotidiano até a exposição científica.

A unidade real da comunicação verbal, o autor continua, é o **enunciado**. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu **conteúdo** (temático) e por seu **estilo** verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos a língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e, sobretudo, por sua **construção** composicional, diz Bakhtin.

A composição estrutural é levada em conta por Martin (1984, p.25) como uma característica que apoia sua definição de gênero, como uma atividade, organizada em **estágios**, orientada para uma **finalidade** na qual os falantes se envolvem como membros de uma determinada cultura. A identificação dos estágios conta com a estrutura Problema-Solução, de Hoey (1994) e examina essa estrutura a partir da proposta de Toulmin (1958) sobre as partes que compõem uma argumentação.

Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo linguístico, continua Bakhtin, leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida por meio dos enunciados concretos que a realizam (p. 282).

Com referência aos gêneros do discurso, Vigner (1988) afirma que o reconhecimento de gênero permite regular a leitura sobre um sistema de expectativa, inscrevendo-a numa trajetória previsível.

Mais recentemente, Vestergaard (2000) afirma que o gênero motiva e formata socialmente o discurso e a participação discursiva de fora, enquanto a língua na qual um discurso ocorre restringe e capacita a expressão de dentro. Para o autor, as distinções de gênero ocorrem na intersecção da meta comunicativa com o registro. Para Reynolds (2000), o gênero gera, isto é, motiva e formata socialmente o

discurso e a participação discursiva de fora, enquanto a língua na qual um discurso ocorre restringe e capacita a expressão, como se fosse, de dentro.

A análise examina a relação entre o gênero artigo de opinião com os modos textuais: narração, descrição e argumento.

2.3.1.1 Gênero e Modos textuais

Se a língua e o gênero juntos fornecem a estrutura para o discurso, diz Reynolds (2000), então esses são realizados como *textura*. Textura é a instanciação no discurso de duas ordens virtuais de estrutura, ou seja, a estrutura de gênero e a estrutura linguística (REYNOLDS, 1997). Textura é um conceito funcional que inclui a *coesão* descrita pelos linguistas sistêmico-funcionais, tais como Halliday e Hasan (1976, 1989) e Martin (1992), mas também, e mais importante, a *coerência* que eles tendem a explicar.

Reynolds afirma que a textura de um texto pode ser explicada em termos de apenas três modos de textura representacional – **narrativa, descrição e argumento** – e mostra como o argumento predomina no gênero editorial (fato que, de acordo com a presente pesquisa, pode ser estendido ao gênero artigo de opinião).

Em termos do modo textual, a função do artigo de opinião é, por conseguinte, comentar, via modo **argumentativo**, os eventos correntes, expressos por meio dos modos narrativos e descritivos. A razão para tal fusão deriva da necessidade de apoiar o argumento com evidência: a narrativa e a descrição tratam de afirmações verificáveis, enquanto o argumento trata de afirmações não-verificáveis, afirma Reynolds.

2.3.1.2 A Estrutura do Texto Argumentativo

Há autores que distinguem *argumentação* de *dissertação*, mas, de acordo com Cereja e Magalhães (2003), embora na maior parte dos exames vestibulares do país se solicite aos candidatos a produção de textos dissertativos, na verdade, pela natureza polêmica dos temas, quase sempre o que se espera do candidato é que

ele produza um texto argumentativo ou dissertativo-argumentativo, por exemplo, um texto em que o autor analise e discuta um problema da realidade, defenda seu ponto de vista e, às vezes, proponha soluções. Diante desse tipo de questão terminológica, Vigner (1988, p. 110) prefere chamar "tipo de texto" (BIBER, 1999) de "ensaio".

Porta (2002) faz algumas distinções que são importantes para entender a argumentação. Ele inicia afirmando que dissertar somente sobre uma questão, sem apresentar um *problema* bem como a *argumentação* em defesa de um ponto de vista sobre essa questão, não constitui uma argumentação.

Sobre a descrição da experiência, diz Porta (2002) que o descrever a experiência pode desempenhar um papel preponderante em vários sentidos; o que não pode é eliminar o problema enquanto tal. Isso não significa que o descrever adequadamente não seja um fator decisivo na solução, reformulação e, inclusive, dissolução do problema original.

Para Porta, a proposição é um enunciado capaz de ser declarado verdadeiro ou falso e podem ser afirmadas ou não-afirmadas. Entre as proposições afirmadas situamos a *tese*. Uma *hipótese* é um candidato à tese. As "teses filosóficas" cumprem uma condição: elas são *solução* de um problema. O estabelecimento da tese principal de uma determinada obra depende, portanto, da correlativa fixação do seu problema básico.

A tese é uma solução ao problema e implica um *optar* em que alternativas são descartadas. Tal optar parte da exigência de que a resposta seja pertinente, o que limita em boa medida toda arbitrariedade. Entretanto, é óbvio que isso ainda não basta. Às vezes, há várias respostas, igualmente, pertinentes para a mesma pergunta. É aqui que os *argumentos* desempenham um papel essencial. O que legitima a opção por uma determinada tese são os argumentos.

Em geral, a texto argumentativo apresenta os seguintes estágios:

- (a) Situação
- (b) Problema
- (c) Hipótese de solução (ou pontos de vista sobre a questão)
- (d) Argumentos em prol da Hipótese
- (e) Avaliação

Os estágios acima se assemelham à proposta de Hoey (1994), envolvendo a argumentação: Se tomarmos quatro sentenças listadas, verificaremos que a ordem em que as sentenças aparecem aqui parece mais natural do que outras, diz ele:

Eu estive na função de sentinela.	[Situação]
Eu vi o inimigo se aproximando.	[Problema]
Eu abri fogo.	[Solução]
Eu venci o ataque inimigo.	[Avaliação]

Essa proposta tornou-se conhecida como estrutura Problema-Solução. Há, porém, variantes na estrutura do gênero envolvendo a argumentação, como a Hipotético-Real ou a Pergunta-Resposta (THOMPSON, 2001), e que podem ser integradas à estrutura Problema-Solução.

2.3.1.3. A Teoria da Argumentação

Argumentação é uma prática discursiva essencialmente dialógica: reivindicação e desafio, reivindicação e contra-reivindicação são prototipicamente realizados de forma dialógica, segundo Lauerbach (2007), são sequencias de pergunta-resposta que subjazem à lógica do argumento cotidiano, de Toulmin (1958). Cada uma de suas categorias teóricas de Reivindicação, Dados, Garantia, Apoio, Qualificação e Condições de Refutação é potencialmente sujeita a desafio com respeito a seu apoio ou validade. A sequência hipotética de movimentos dialógicos mostrados em (1) abaixo foi reconstruída por Lauerbach a partir da exposição da Teoria de Toulmin, de seu modelo como sendo um diálogo argumentativo fictício entre A e B (TOULMIN, 1958, p. 94-107):

- (a) *Reivindicação*: asserção pela qual nos comprometemos. [por exemplo, Tom é cidadão britânico.]
- (b) *Dados*: fatos que oferecemos para apoiar a reivindicação. [Ele nasceu nas Ilhas Bermudas.]
- (c) *Garantias*: registro, implícito, da legitimidade do passo envolvido para passar dos Dados para a Reivindicação (2006 [1958]: 143). [Há uma lei que garante essa reivindicação.]

- (d) *Qualificação*: inserção de um qualificador [Ele é certamente um cidadão britânico.]
- (e) *Refutação*: circunstâncias nas quais não se aceita a autoridade geral da garantia. [Mas seus pais não são cidadãos britânicos.]
- (f) Apoio: afirmações categóricas que são expressas quando refutador não aceita validade da Garantia. [A afirmação de que os estatutos sobre a nacionalidade britânica foram de fato transformados em lei.] (Toulmin, 2006 [1958], p. 153).

Argumentação racional, como todas as atividades cooperativas de pergunta-e-resposta, é um recurso para a construção de um conhecimento consensual compartilhado socialmente. Ele está no centro da teoria de consenso da verdade de Habermas: A argumentação resulta de e suspende a ação comunicativa quando um ato de fala é desafiado em sua validade em relação à verdade de asserções, a autoridade legítima dos diretivos e nos sentimentos autênticos requisitados nas expressivas (HABERMAS, 1981). Isso não significa, porém, que a argumentação não possa ocorrer em discurso ou texto monológico, diz Lauerbach.

A Teoria da Argumentação interessa à análise do discurso principalmente com respeito a dois conceitos: (a) o conceito de falácia ou raciocínio falho; (b) o conceito de entimema, ou premissa implícita de um argumento. Usando-se o entimema, a análise do discurso ganha um conceito e um procedimento sistemático para a reconstrução de um tipo específico de significado implícito, ou seja, a premissa não-expressa de um argumento. O entimema é um silogismo abreviado, um argumento incompleto ao qual a audiência provê inconscientemente a premissa que falta. A premissa implícita é frequentemente expressa linguisticamente na forma condensada via conjunções expressando contraste, causalidade, condicionalidade, concessão, comparação ou graduação (por exemplo, *Ele é pobre, mas é limpinho.* [Todos os pobres são sujos.]

Todos esses silogismos abreviados se baseiam na premissa avaliativa “póliticos não são confiáveis”. Isso é pragmaticamente inferido pelos falantes como sendo um conhecimento indiscutivelmente compartilhado entre eles e (a maioria dos endereçados). Em outros casos mais complexos, a premissa pode estar contida em discurso mais extenso e/ou precisa ser inferido do contexto.

Premissas não-expressas podem ser reconstruídas pelos passos dialógico-hipotéticos do esquema de argumentação proposto por Toulmin (1958). Os passos desse esquema permitem, até forçam, o analista a definir precisamente a reivindicação feita e a descrever os dados adiantados para apoiar essa reivindicação quando explica a estrutura de um argumento. Além disso, a inferência/licença que permite a Garantia da Conclusão a partir dos dados até a Reivindicação deve ser reconstruída, assim como as circunstâncias através das quais a própria licença é apoiada bem como as condições sob as quais a reivindicação pode ser refutada.

O outro conceito promissor para a análise do discurso é o conceito de falácia ou raciocínio falho. É compreensível que analistas do discurso queiram encontrar na teoria da argumentação um procedimento de avaliação da aceitabilidade ou da insuficiência de argumentos em seus dados, além da reação imediata dos próprios participantes. Assim é porque em textos monológicos e em alguns textos dialógicos da mídia, os analistas não têm acesso a essas reações. Mas, a questão do critério de avaliação é complexa na teoria da argumentação. No trabalho de Toulmin, a validade de conclusões argumentativas é sensível a contextos discursivos em que elas ocorrem, tais como domínios de tópicos e de instituições.

2.4 A Função Interacional

A análise da persuasão no artigo de opinião de Cony, via Função Interacional, apoia-se na proposta de Li (2010) de relacionar a microestrutura das escolhas léxico-gramaticais com a macroestrutura da ideologia subjacente a essas escolhas. Para tanto, examina as metafunções Ideacionais e Interpessoais, em especial: na metafunção Ideacional verifica a Transitividade com seus Processos, Participantes e Circunstância; na metafunção Interpessoal, enfoca as avaliações explícita e implícitas que percorrem os artigos, via a noção de Avaliatividade (MARTIN, 2000).

O capítulo inicia-se abordando as noções de ideologia e de persuasão.

2.4.1 A Ideologia

Koch (1987, p.19) afirma que o ato de argumentar, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, “constitui o ato linguístico fundamental, pois todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia”.

Sobre a ideologia, diz Cotter (2011), analisando relatos jornalísticos, que o discurso da notícia reflete tanto valores internos à profissão quanto valores sociais. Assim, o conteúdo real que resulta do processo das reportagens também incorpora aspectos do sistema de valores e normas da cultura mais ampla em que o repórter vive. Portanto, uma única reportagem pode incorporar uma grande complexidade cultural e discursiva. Cotter estuda a linguagem de relatos jornalísticos, mas julgamos que sua colocação sobre a ideologia pode ser útil para a compreensão dessa dimensão, também, em artigos de opinião.

Além das proibições contra rótulos pejorativos, o papel da língua e sua indexação da identidade social é raramente incluído nas discussões sobre a consciência da diversidade, apesar da sua função a esse respeito, continua Cotter. A autora afirma que esse fato ocorre devido à ideologia da língua monolíngue que permeia a corrente principal americana e a ausência de uma visão especialista de cunho linguístico que pudesse prover uma contra perspectiva. O exame etnolinguístico do discurso interno da profissão referente à ausência de relatos sobre a diversidade auto-identificada dessa indústria pode também levar a uma compreensão mais diversificada da prática jornalística, enquanto que o exame das opiniões dos jornalistas sobre contextos neutros sobre o tópico ilustra atitudes socioculturais mais amplas que a comunidade jornalística reflete quando se engaja no relato sobre "diversidade".

A "língua" como tal não é explicitamente parte da conversa sobre a diversidade da comunidade jornalística, apesar de sua relevância na cultura e na identidade da comunidade e o fato de que a língua e o modo como ela é representada seja frequentemente usada para a avaliação de "outros" (e.g., LIPPI-GREEN, 1997; BAUGH, 2000; HILL, 2001). Assim, Cotter enfoca e problematiza a extensão na qual a "língua" é tratada explicitamente em contextos de treinamento para a diversidade profissional (muito pouco). Sugerindo que a ideologia da língua

monolíngue da sociedade mais ampla tem um papel nesse equívoco, Cotter discute sua relevância e particularidade na sociedade no contexto americano, e o modo como, da perspectiva linguística, a língua está ligada à diversidade de identidade, um sentido de localizar e de pertencer, e a conceituação do "outro"/estranho (um ponto de vista familiar ao linguista, mas não para o não-especialista).

Cotter diz que não examina a língua das notícias da perspectiva do discurso crítico, focalizando a linguagem do poder e da responsabilidade subjacente à instituição da mídia. Ao contrário, ela analisa o discurso dentro do enquadre da sociolinguística interacional (GUMPERZ, 1982; SCHIFFRIN, 1994), focalizando posição, avaliação e o significado social que se adere à linguagem em contexto, bem como uma compreensão maior desse contexto.

Em resumo, as contribuições dos jornais são de cunho duplo: para relatar sobre a diversidade de modo significativo e compreensivo, os repórteres precisam conhecer mais sobre a língua e o papel que ela desempenha na formação de atitudes sociais; e para produzir análises mais válidas do ponto de vista cultural e análises críticas etnograficamente sensíveis, o linguista precisa conhecer mais sobre as práticas discursivas e sociais nas quais os textos estão inseridos e que elas ajudam a construir.

2.4.2 A persuasão

A persuasão, diz Hunston (1993), esse aspecto importante da ideologia – o sistema de valores – pode ser descrita linguisticamente em termos da *avaliação* presente nos textos. A avaliação pode ser definida como qualquer coisa que indique a atitude do escritor em relação ao valor de uma entidade no texto ou mesmo em relação ao interlocutor. Em muitos gêneros, continua a autora, essa avaliação é articulada em termos de julgamento pessoal, mas pode não ser pessoal, e ser social ou institucional; além disso, a avaliação dos itens em relação àquele sistema pode ser expressa em termos metafóricos (HALLIDAY, 1985, p. 332) e de maneira implícita. Nesse sentido, Hunston propõe que:

Para ser convincente a persuasão deve parecer ser uma reportagem. Segue-se que a avaliação, através da qual a persuasão é realizada, deve ser altamente implícita e, assim, evitará a linguagem atitudinal normalmente associada ao significado interpessoal. (HUNSTON, P.193, 1994).

Corroborando com esse posicionamento, Kitis e Milapides (1995) mostram que a persuasão pode ser feita por meio de avaliação explícita ou implícita, envolvendo a convicção e a sedução.

A coerência e a coesão são fatores que garantem a unidade textual (HASAN, 1989), importante fator que concorre no estabelecimento da persuasão. Mas, antes, uma distinção importante: para Bednarek (2005) a coerência não é uma propriedade inerente ao texto; ela se refere a relações lógicas de um texto e é estabelecida pelos ouvintes. Em outras palavras, ela se refere à extensão pela qual os ouvintes julgam que este texto 'está unido' e constitui um todo unificado. Daí a importância da noção de intersubjetividade. Nesse sentido, Kärkkäinen (2006) considera uma visão de avaliação mais dialógica, dinâmica e emergente - considerando-a mais como uma característica da língua intersubjetiva do que subjetiva. Hunston e Thompson (2000, p. 143) também afirmam que:

a expressão da atitude não é, como se costuma dizer, simplesmente uma questão pessoal - o falante "comentando" sobre o mundo - mas uma questão interpessoal em que a razão básica para adiantar uma opinião é eliciar a resposta solidária do endereçado.

O objetivo de um artigo de opinião é persuadir o leitor sobre determinado ponto de vista. Mas essa noção pode ser demasiadamente idealística, diz Reynolds (2000), num mundo comercialmente competitivo, e, assim, esse o objetivo pode ser também o de munir os leitores de preconceitos. É nesse ponto que a ideologia entra no editorial, na medida em que, como parte de suas funções, está o atingir e confirmar os interesses, as preocupações e pontos de vista do leitor. A ideologia aqui é nas palavras de Thompson (1984:1), "o pensamento de outros" na medida em que é uma interpretação pelo jornal daquilo que o leitor *quer* ler.

2.4.3 A Avaliatividade

A GSF tendeu a omitir, segundo Martin (2000), a semântica da avaliação, isto é, o modo como os interlocutores estão se sentindo, os julgamentos que eles fazem, o valor que eles atribuem a vários fenômenos de sua experiência. Nos exemplos do Quadro 4, diz ele, é evidente que, em diálogos como esses, a interação envolve mais que uma simples troca de bens e serviços ou de informação, mas, também, *Afeto*, *Julgamento* ou *Apreciação*. Assim, juntamente com modelos baseados-na-gramática, precisamos elaborar sistemas lexicalmente-orientados que tratem também desses elementos.

Assim, Martin desenvolveu um sistema reticular de descrições de opções semânticas para avaliar pessoas, coisas e fenômenos. Ele e seus colaboradores estavam interessados em uma série ampla de recursos interpessoais e adotaram o termo *APPRAISAL* (doravante: Avaliatividade) para esse estudo. O grupo, trabalhando dentro do enquadre geral da GSF (HALLIDAY, 1967, 1985, 1994; MARTIN, 1992), estava interessado na função social desses recursos, não simplesmente para expressar sentimentos, mas, em termos de sua habilidade em construir comunidades, para alinhar pessoas na negociação em curso, na vida em comunidade.

Quadro 3 - A Avaliatividade

AFETO – emoções	
RITA	Eu <u>adoro</u> esta sala. Eu <u>adoro</u> aquela janela. E você <u>gosta</u> também?
FRANK	O quê?
JULGAMENTO – ética (avaliando comportamento)	
FRANK	E é o seguinte, entre você, eu e as paredes, eu sou na verdade um professor <u>péssimo</u> . Na maioria das vezes, veja, nem interessa realmente – dar aulas <u>péssimas</u> está bem para a maioria dos meus alunos <u>péssimos</u> .
APRECIÇÃO – estética	
RITA	Sabe, a Rita Mae Brown, que escreveu <i>Rubyfruit Jungle</i> ? Você leu esse livro? Ele é <u>fantástico</u> .

Fonte: Martin (2000)

A Avaliatividade é constituída por três principais sistemas: (1) ATITUDE, que envolve três sub-sistemas, a saber: Afeto, Julgamento e Apreciação; (2) COMPROMISSO, que foi detidamente estudado por White (2003), e que distingue entre enunciados *heteroglóssicos* ou dialógicos (nos quais se sinaliza uma posição que explicitamente mostra diversidade de opiniões, com implicação de conflito e luta entre as vozes;) e enunciados *monoglóssicos* (em que o escritor se posiciona, construindo a audiência como partilhando a mesma visão de mundo); e, finalmente, (3) GRADAÇÃO, que trata dos recursos para intensificar ou minimizar a força (intensifica [i.e. *completamente devastado*] ou diminui [por exemplo: *um pouco chateado*] a avaliação) e o foco (aguça [por exemplo: *um policial de verdade*] ou suaviza [por exemplo: *cerca de quatro pessoas*] a avaliação).

Julgamento e Apreciação devem ser interpretados como institucionalizações do Afeto que evoluiu para socializar os indivíduos – Julgamento como um afeto recontextualizado para controlar o comportamento (o que devemos ou não fazer), Apreciação como um afeto recontextualizado para dirigir o gosto (que coisas são dignas), segundo o autor. A seguir, os Quadros 4 e 5 resumem o sistema e subsistemas de Avaliatividade.

Tanto o Quadro 4 como o 5 mostram as situações consideradas como a Atitude (em suas variáveis: Afeto, Julgamento e Apreciação/Avaliação Social), bem como as escolhas léxico-gramaticais que a realizam. A apresentação será feita em forma de quadros para facilitar a visualização da relação entre os sistemas e seus subsistemas.

Quadro 4 - Recursos de Avaliatividade (*APPRAISAL*)

AVALIATIVIDADE	COMPROMISSO	Monoglossia [avaliação sem negociação]		
		Heteroglossia [avaliação com negociação]		
	GRADUAÇÃO	Foco	afecta [afeta]	
			intensifica [i.e. <i>completamente devastado</i>]	
			diminui [<i>um pouco chateado</i>]	
ATITUDE	Afeto			
	Apreciação (inclui: a Avaliação Social)			
			suaviza [<i>cerca de quatro pessoas</i>]	

Fonte: Martin (2000)

Quadro 5 - Os sub-sistemas da Avaliatividade

ATITUDE	Afeto	(in)Felicidade	
		(in)Segurança	
		(in)Satisfação	
	Julgamento	<i>Estima Social</i>	Normalidade [frequente/raro]
			Capacidade
			Tenacidade
		<i>Sanção Social</i>	Veracidade
			Propriedade [ética]
	Apreciação	Reação (impacto): [Isso me cativa?]	
		Reação (qualidade): [Eu gosto disso?]	
		Composição (equilíbrio): [Eles combinam?]	
Composição (complexidade): [Fácil de compreender?]			
Valoração [Vale a pena?]			

Fonte: Martin (2000)

Nesse contexto, Martin (2000) mostra que, quando a avaliação é realizada explicitamente, é fácil analisar uma atitude sobre um evento como positiva ou negativa. Mas, há casos em que a avaliação não é realizada de maneira explícita. Diz ele que, em casos como esse, a decisão pela avaliação (que denominou de Avaliatividade) - se positiva, se negativa - depende da posição de leitura.

Esse fato levou Martin a postular uma distinção importante entre Avaliatividade inscrita (explícita) e evocada (implícita). Nesse sentido, o autor propõe a noção de *token* de atitude para denominar o modo pelo qual o significado informacional pode ser “saturado” em termos avaliativos, ou seja, interpessoais. A propósito, Martin (2003, p. 173) adverte: “o apego a categorias explícitas significa que uma grande quantidade de atitude implícita pelos textos será perdida”.

A Avaliatividade pode, então, apresentar-se de forma:

Quadro 6 - Meios de ativação de Julgamento

Inscrita (explícito)	As crianças estavam falando <i>alto</i> .
Evocada (implícito) (<i>tokens</i>)	As crianças conversavam enquanto ele dava aula.
Provocada (alguma linguagem avaliativa)	<i>A professora já estava na sala, mas as crianças continuavam falando.</i>

Fonte: Martin (2003)

2.4.3.1 A realização prosódica da Avaliatividade

Como Martin (1992, p. 553-559) e outros systemicistas (LEMKE, 1998; MATTHIESSEN, 1995; THOMPSON, 1998; HUNSTON; THOMPSON, 2000) notaram, as realizações de significados interpessoais tendem a ser mais *prosódicas*, espalhando-se pela oração/oração complexa. Ficará claro também que, em longos textos, as avaliações de proposições e propostas não são independentes da avaliação de seus *participantes, processos e circunstâncias*. Quando consideramos os significados em textos extensos e coesos, e não em orações individuais, encontramos fenômenos da língua que revelam novos recursos semânticos em nível de texto, que são as realizações prosódicas.

Lemke (1998), que propõe sete tipos de avaliação (desejável, provável, necessário, usual, importante, óbvio, humorístico) dá o seguinte exemplo, para explicar a prosódia, incluindo o que ele chama de metáfora avaliativa.

Mas em uma era em que os candidatos são COM DEMASIADA FREQUÊNCIA marquetizados
Fato Usual, mas <i>demais</i> tem sentido de excesso = Indesejável
como pasta dental, os discursos de campanha podem descer a níveis de propaganda.
continua a Indesejabilidade

Lemke explica o exemplo: O elo Ideacional de causa entre as orações não está explícito. Precisamos de habilidade de interpretação para preenchê-lo, identificando *discurso de campanha* com a *marquetização* dos candidatos (com apoio no intertexto). Mas em termos de significados avaliativos, há primeiro o contraste em importância entre *candidatos* e *pasta dental*, [é Indesejável identificar algo Importante com algo não Importante, e, além disso, intensificado por *demais*]. Prosodicamente, escutamos um tom de Indesejabilidade que aumenta até um alto grau de Usualidade, um reforçando o outro. Se escutarmos mais, veremos que *em uma era* já começa a invocar a Usualidade, em que o que é Usual aqui é também Indesejável, e o fato de ser ele muito Usual, o faz mais Indesejável. Podemos dizer que a Usualidade aqui funciona como uma metáfora gramatical para Indesejabilidade, ou, talvez mais precisamente, que, faz sua força avaliativa contribuir para produzir Indesejabilidade em alto grau.

O item lexical e seu significado Ideacional são apenas a porta de entrada, continua Lemke; depois que entramos, somos levados através de uma transferência metafórica de uma dimensão esperada de Significância para a avaliação real de Necessidade, por exemplo. Essa metáfora (que, para Lemke, parece estar entre a *metáfora lexical*¹ e a *metáfora gramatical*²) torna-se, na prática, bem complicada conforme constatamos o modo como a sobreposição prosódica entre diferentes elementos avaliativos num texto facilita a mudança e a sobreposição de diferentes significados avaliativos, como no exemplo acima.

Devido à existência de vários tipos de nominalização em certos registros, uma proposição num ponto do texto pode tornar-se condensado como um participante em outro trecho, e participantes (especialmente nomes abstratos) podem ser 'expandidos' pelo leitor em proposições implícitas através da referência a algum intertexto, ou ao co-texto imediato (LEMKE, 1990). Assim, por exemplo, a nominalização de um verbo (*corromper*), para "corrupção" em: *É a corrupção que destrói este país*, possibilita ao leitor expandir "corrupção", preenchendo seu esquema casual: quem corrompeu quem, embora o autor não os tenha mencionado.

2.4.3.2 Informação adicional quanto ao significado de avaliação

O termo 'avaliação' traduz vários termos do inglês: *stance, evaluation, appraisal, hedging, intensity, evidentiality, vague language, attitude, affect, modality, epistemic stance, etc.* A avaliação é uma área de interesse permanente para o linguista. É uma área de intersecção entre o literal, o figurativo e o funcional. Assim, por exemplo, 'talvez', que literalmente expressa 'possibilidade' ou 'incerteza', pode significar:

- (a) 'sugestão' (*Talvez em casa, o que acham?*);
- (b) 'estimativa' (*Estavam lá talvez cinquenta pessoas.*) ou
- (c) 'hedge' (modalização) (*Não sei. Talvez.*).

¹ No sentido tradicional.

² Se alguma coisa é considerada metafórica, ela será metafórica em relação à outra coisa, diz Halliday (1994). A nominalização é o recurso mais poderoso para criar metáfora gramatical. Por esse instrumento, processos (congruentemente expressos como verbos) e propriedades (congruentemente expressos como adjetivos) são expressos metaforicamente por nomes; em vez de funcionar na oração, como Processo ou Atributo, funcionam como Coisa no grupo nominal.

Há uma miríade de possibilidades no sistema linguístico para expressar avaliação (cerca de 1400 palavras diferentes), mas em geral usamos sempre os mesmos (cerca de 140).

Fairclough (1992) diz que, antes de ser uma codificação da certeza, dúvida ou atitudes, a avaliação é 'o ponto de intersecção no discurso entre o significado da realidade e a atividade das relações sociais – ou em termos da Gramática Sistemico-Funcional, entre as funções Ideacional e Interpessoal'. Os marcadores de avaliação codificam elementos-chave da relação entre os interlocutores, tais como: solidariedade, afinidade, e outras relações de poder, continua o autor. A expressão de afinidade alta pode ter pouco a ver com o nosso compromisso com a proposição, mas muito com o desejo de mostrar solidariedade. Ao contrário, baixa afinidade com a proposição pode expressar falta de poder, e não tanto falta de convicção ou conhecimento:

- A: - *Vamos mandar buscar um lanche?*
 B: - *Não sei talvez seja um pouco gorduroso* (FAIRCLOUGH, 1992, p. 160).

“B” usa um *hedge* (modalizador) em sua resposta, não para mostrar falta de convicção ou de conhecimento, o que poderia indicar menos poder de “B” em relação a “A”. O verbo 'saber' aqui mostra muito mais uma atitude do falante sobre seu nível de incerteza em relação à proposição. Poderíamos interpretar esses marcadores como sendo intersubjetivos, o que nos permitiria interpretar a avaliação simultaneamente como marcadores *objetivos* (quantitativo) e *subjetivos* (qualitativo).

Apresento, a seguir, o Quadro 7, que resume as teorias até aqui apresentadas, possibilitando, assim, responder às perguntas de pesquisa.

Quadro 7- A Linguística Crítica

Análise de cunho crítico: A Linguística Crítica		
A IDEOLOGIA REVELADA POR INTERMÉDIO DA TRANSITIVIDADE E DA AVALIATIVIDADE		
GÊNERO	Problema/Solução	Porta (2002); Hoey (1994; 1992)
GSF	Transitividade	Halliday (1994, 2004); Li (2010); Lemke (1998)
	Modalidade	
	Avaliatividade	Martin (2000); Lemke (1998)
	Prosódia [coesão avaliat., propag. sintát., aval.projetiva e prospect/retrosp.]	
LINGUÍSTICA CRÍTICA	Persuasão	Fowler (1991)

FONTE: Silva (2013)

3. METODOLOGIA

A análise crítica da ideologia que apoia a persuasão a qual perpassa o artigo de opinião, de Cony, teve como arcabouço a GSF e se deteve no exame das funções: (a) *interativa*, enfocando a estrutura desse gênero e (b) *interacional*, as escolhas léxico-gramaticais feitas no sistema da Transitividade, bem como da Modalidade/Avaliatividade.

3.1 *Dados e Procedimentos de Análise*

Será analisado o artigo de opinião, *Esfolia! Mata!*, de Carlos Heitor Cony, publicado no site da Academia Brasileira de Letras, em 1/7/2012, tendo em mente as perguntas de pesquisa:

- (a) como é feita a estruturação do artigo de opinião de Cony, levando em conta a questão de gênero?
- (b) que escolhas léxico-gramaticais referentes às metafunções Ideacional (Transitividade) e Interpessoal (Modalidade e Avaliatividade) realizam a prosódia avaliativa?
- (c) como é feita a relação entre essas formas linguísticas e a ideologia que subjaz ao tal artigo de opinião, visando à persuasão?

O artigo, então será examinado, seguindo os seguintes passos:

- (a) análise da estrutura de gênero;
- (b) análise da metafunção Ideacional, em que examino o sistema da Transitividade, e da metafunção Interpessoal, em que examino a Modalidade.
- (c) análise da Avaliatividade, em que examino o subsistema da Atitude (Afeto, Julgamento e Apreciação, envolvendo aqui a Avaliação Social) com comentários sobre a avaliação prosódica;

- (d) feito isso, faço, para cada trecho analisado, a relação entre a análise no micronível linguístico com a realização da persuasão e da ideologia subjacente ao artigo de opinião em questão.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Antes de iniciar as análises de gênero, Transitividade e Avaliatividade, apresento o texto na íntegra.

Textos na íntegra

Esfola! Mata!

Aprendi, não sei com quem, que não se deve dar dois tipos de chute: em despacho de macumba e em cachorro atropelado. Na realidade, nunca tive vontade nem oportunidade para chutar despachos com farofa e velas acesas, e muito menos chutar cachorros. Daí a maneira como fiquei sabendo de mais uma coisa inútil, entre outras tantas.

No momento, temos o caso do ex-senador Demóstenes Torres, que depois de atropelado, está sendo chutado como o demônio da vez, na base do mata, esfola! Mereceu o atropelamento. Foi com alívio que a opinião pública recebeu a sua cassação. Mas a mesma opinião pública ficou pasmada ao saber que ele voltará a ser o que era, ocupando um cargo público com a respectiva remuneração.

A causa que provocou a sua expulsão do Senado continua de pé.

Seria um caso para ser decidido no âmbito de seu Estado. Ele pode responder a um processo administrativo em Goiás, com amplo direito de defesa. E se for condenado, aí sim, perderá o emprego a bem do serviço público. Fora disso, seria uma violência e uma vingança mesquinha que nenhum homem (ou cachorro) atropelado merece.

Em tempo: gostei da crônica do Sérgio Dávila do último domingo, na qual aparece um cidadão recebendo e agradecendo, no seu iPhone 4, o carinho da mulher, de parentes e de amigos na mesma hora em que estava sendo votada a sua cassação.

O repúdio público provocado por suas relações com um esquema criminoso não afetou o carinho de sua família e de seus amigos. Politicamente isolado, com evidente e já punida culpa no cartório, cabe-lhe resgatar a sua imagem pública e, para isso, deverá contar com o apoio não apenas de sua família e de amigos, mas de todos aqueles que sentem repugnância em chutar um homem (ou um cachorro) atropelado. (CONY, Carlos Heitor, Disponível em < http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=16&infoid=13692&sid=906 >Acesso em 15 out. 2012).

4.1. Análise de gênero

Início a análise de gênero, com base em Martin (1984, p. 25), que entende gênero como uma atividade organizada em *estágios*, orientada para uma *finalidade* com o qual os falantes se envolvem como membros de uma determinada cultura.

4.1.1 Análise do artigo “Esfola! Mata!”

ESTÁGIOS DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO	FINALIDADE
<p style="text-align: center;">Esfola! Mata!</p> <p style="text-align: right;">Carlos Heitor Cony</p>	<p style="text-align: center;">Título Autoria</p>
<p style="text-align: center;">Discussão do título</p> <p>O título é o tema do artigo, e deixa em aberto à posição de Cony: é dele a voz que pede os atos ali propostos ou a voz é de outro(s)?</p>	
<p>(1) Aprendi, não sei com quem, que não se deve dar dois tipos de chute: em despacho de macumba e em cachorro atropelado. Na realidade, nunca tive vontade nem oportunidade para chutar despachos com farofa e velas acesas, e muito menos chutar cachorros. Daí a maneira como fiquei sabendo de mais uma coisa inútil, entre outras tantas.</p>	<p style="text-align: center;">Hipótese</p> <p>Não se deve chutar cachorro atropelado (o ex-senador, cassado), pois é inútil.</p>
<p style="text-align: center;">Discussão do 1º. estágio</p> <p>Inicia-se o esclarecimento da dúvida colocada no título. A voz é de outros, o que faz entender que Cony não aprova o "Esfola! Mata!" Notemos que o dito popular fala em "cachorro morto" e não "atropelado", portanto, um cachorro ainda em atividade, o que faz prever que o que o autor tem a dizer ainda não foi dito. Notemos a expressão "coisa inútil", que se relaciona ao chutar cachorro atropelado, integrando a hipótese de Cony - chutar cachorro atropelado é inútil, uma metáfora que estabelece o ponto de vista do emissor</p>	

(VIGER, 1988).

Em termos de "modos textuais", o artigo de opinião começa com uma narração, apoiando-se em assuntos do conhecimento geral do público, que, assim, não exigem prova de veracidade. Desse modo, Cony recorre à ideologia – o sistema de valores – que pode ser descrita linguisticamente em termos da *avaliação* presente no texto. Essa avaliação é implícita (por exemplo, "despacho de macumba", além do dito popular), e é negativa por conta do enquadre mental do leitor. Assim, no interior dessa narração, expressões como "na realidade, nunca tive vontade", "uma coisa inútil, entre outras tantas", inicia o posicionamento do autor - o seu argumento, frente à hipótese que vai demonstrar.

(2) No momento, temos o caso do ex-senador Demóstenes Torres, que depois de atropelado, está sendo chutado como o demônio da vez, na base do mata, esfola! Mereceu o atropelamento. Foi com alívio que a opinião pública recebeu a sua cassação. Mas a mesma opinião pública ficou pasmada ao saber que ele voltará a ser o que era, ocupando um cargo público com a respectiva remuneração.

Problema
Embora cassado, DT ocupará cargo público.

Discussão do 2º. estágio

O ex-senador Demóstenes Torres (DT) surge, neste estágio, como sendo aquele que está sendo chutado. Chutado pela opinião pública, porque, embora cassado, pôde retornar a um cargo público de promotor público graças ao ditame da lei que o favorece.

Observa-se aqui a estrutura da Relação Lógica X Refutação (VIGNER, 1988), que Cony acrescenta para a sua argumentação: senador cassado é "chutado" (Lógica), MAS como ele tem a lei a seu favor (Refutação), portanto, esse chutar é inútil. Essa relação de oposição, indicada por "mas" é importante, pois a refutação da lógica é uma crítica velada às leis que regem a política do País.

Continua o modo narrativo, com a inserção de vários modos argumentativos, que aos poucos mostram sua crítica em relação aos fatos vigentes: "chutado como o demônio da vez", "mereceu o atropelamento", "a opinião pública ficou pasmada". Essa inserção se faz por meio da "fusão escalada" (REYNOLDS, 2000), em que os dois modos textuais - o narrativo e

o argumentativo - se fundem, em uma mistura complexa, difícil de distinguir um do outro, concorrendo para o estabelecimento da crítica camuflada.

(3) A causa que provocou a sua expulsão do Senado continua de pé.

Argumento
Ele infringiu a lei.

Discussão do 3º. estágio

Cony explicita a lógica que deveria impedir o político de retornar a um antigo cargo como se nada houvesse acontecido. Iniciam-se, aqui, os prós e contras sobre o tema "Esfola! Mata!", em uma alternância que tem a função, não só de dar imparcialidade aos seus argumentos, mas também de provocar uma reflexão no leitor. Aqui o argumento é de pró "esfola e mata".

Há aqui uma fusão escalada entre narrativa e argumento, o que traz para a narrativa o fato de que "a causa continua de pé", fortalecendo seu argumento pró "esfola e mata".

(4) Seria um caso para ser decidido no âmbito de seu Estado. Ele pode responder a um processo administrativo em Goiás, com amplo direito de defesa. E se for condenado, aí sim, perderá o emprego a bem do serviço público. Fora disso, seria uma violência e uma vingança mesquinha que nenhum homem (ou cachorro) atropelado merece.

Argumento
Mas tem direito à defesa.

Discussão do 4º. estágio

Cony crítica àqueles que, não contentes com a cassação dos direitos políticos de DT, ou justamente porque o veem desarticulado e fragilizado, ainda clamam por atos desatinados. Notemos que, aparentemente, o artigo enfoca a relação DT versus opinião pública, DT "chutado" pelo povo insatisfeito, que desemboca no argumento de "Chutar cachorro atropelado" é inútil. Essa oposição que percorre o texto parece indicar que Cony seja favorável a DT, como muitos declararam em sites na Internet, a respeito desse artigo.

Segundo Toulmin (1958), diante de uma reivindicação ["Chutar cachorro atropelado é

inútil"], deve-se procurar os dados que garantam essa declaração. Ora, a reivindicação de Cony apoia-se na garantia oferecida pela lei. Diante disso, pode-se pensar que o "Esfola! e Mata!", "a violência e a vingança", sejam realmente inúteis. O enfoque é outro: a lei. Para mim, Cony traça, com esse artigo, sua crítica à lei que permite a um senador cassado voltar a ocupar outro cargo público.

(5) Em tempo: gostei da crônica do Sérgio Dávila do último domingo, na qual aparece um cidadão recebendo e agradecendo, no seu iPhone 4, o carinho da mulher, de parentes e de amigos na mesma hora em que estava sendo votada a sua cassação.

Argumento
E DT já sofre as consequências de sua culpa.

Discussão do 5º. estágio

Para sustentar sua argumentação, Cony cita uma crônica que - indiretamente - mostra a situação de isolamento reservada àqueles que não agem de acordo com o decoro parlamentar. Além de ser suficientemente penalizado pela cassação, o ex-senador ainda precisa contar com a boa vontade - ou piedade - das pessoas no seu âmbito íntimo, pessoas com que precisará conviver. Poder-se-ia ver nessa comparação entre os parlamentares, de um lado, e familiares, de outro, a opinião de Cony, valores opostos centrados na punição versus perdão, para um mesmo fato.

(6) O repúdio público provocado por suas relações com um esquema criminoso não afetou o carinho de sua família e de seus amigos. Politicamente isolado, com evidente e já punida culpa no cartório, cabe-lhe resgatar a sua imagem pública - e, para isso, deverá contar com o apoio não apenas de sua família e de amigos, mas de todos aqueles que sentem repugnância em chutar um homem (ou um cachorro) atropelado.

Avaliação
Tese
Não é hora de chutar cachorro atropelado, pois há lei que protege DT.

Discussão do 6º. estágio

O "esquema criminoso" já foi punido. O político paga agora um alto preço na tentativa de resgatar sua imagem pública.

O texto de Cony revela o seguinte esquema, resultado da argumentação que foi sendo

desenvolvida, para reforçar sua hipótese, e demonstrar sua tese: "Não se deve chutar cachorro atropelado".

DT é culpado → e já foi "atropelado" (foi cassado como senador) → mas a lei permite o retorno ao seu cargo como promotor público → porém ele sofre o isolamento político → ou seja, não se deve chutar cachorro atropelado, porque inútil (sentir-se indignado e injustiçado, pois a lei o resguarda na continuidade do cargo).

Uma vez preparado o terreno, com os três modos textuais, contando, então, com a adesão do leitor à sua hipótese, Cony pode agora usar enunciados monoglóssicos, como: "não afetou o carinho", "evidente e já punida culpa", "deverá contar" e deixar clara a validade de sua hipótese, assim transformada em tese.

(www.academia.org.br/Abl/cgi/.../start.htm?, 17/7/2012).

Endereço eletrônico

4.1.2 Discussão geral da análise de gênero

O artigo de opinião, *Efola! Mata!*, de Cony, trata da situação pós-cassação de Demóstenes Torres (DT). Essas duas expressões mostram a ira do povo, que, já não bastasse ser submetida à surpresa de assistir à cassação de um senador da República, ainda é noticiado de que o cassado continua exercendo suas atividades remuneradas em outro setor público.

A proposta de Cony, diante dessa situação é, antes de qualquer coisa, de uma postura racional, de análise crítica da situação. Vale a pena o *Efola!* e *Mata!?*, que é, em termos de argumentação, o ponto de vista do emissor, ou seja, do povo em geral. Contra esse ponto de vista, surge a refutação de Cony, para quem não vale a pena, é inútil, a clamor do povo. E ele passa a demonstrar essa sua hipótese por meio de argumentos.

Inicialmente, o articulista recorre ao sistema cultural de valores e crenças do brasileiro, criando um clima repleto de imagens ("despacho de macumba", "cachorro

atropelado", "farofa e velas acesas") que desencadeariam no leitor um clima negativo de mistério e de obscuridade, que provavelmente gostariam de evitar. E nesse clima, ele inicia o seu posicionamento, afirmando: "na realidade, nunca tive vontade de chutar" seja, macumba, seja cachorro atropelado.

Ao mesmo tempo em que assim se posiciona, porém, ele lembra que "a causa de sua (de DT) expulsão do Senado continua de pé", ou seja, não aprova o Esfola! e Mata!, não porque o senador não o merecesse, mas porque ele tem no momento o apoio da lei. Por mais injusta e incoerente que a situação possa ser, a lei, infelizmente, está a seu favor. Assim, seriam em vão os esforços da população.

Notemos que a sua argumentação resulta de narração e de descrição que se fundem para apoiar sua posição contrária à violência, não só como parte de sua missão de formador da opinião pública, mas também de alguém que espera uma postura mais serena para aquilatar as consequências de atitudes impensadas.

Concomitantemente, ele mostra o outro lado do senador, por meio de um relato atribuído a um cronista, em que um político, embora cassado, ainda tem o carinho dos familiares e amigos. É um ser humano complexo, alguém que é um para a profissão e é outro para a família, é a um homem assim que as pessoas estão querendo chutar. E, aqui, Cony, apelando para a emoção do leitor, apresenta o seu derradeiro argumento em prol de sua hipótese.

4.1.3 Análise da Transitividade e da Modalidade/Avaliatividade

Passo, agora, para a segunda etapa da análise, quando examino o artigo do ponto de vista das escolhas lexicais no que se refere às metafunções Ideacional (Transitividade) e Interpessoal (Modalidade e Avaliatividade). A modalidade é uma proposta de Halliday (1994) incluída na metafunção Interpessoal; já a Avaliatividade foi proposta por Martin (2000), para quem a GSF não abordou a dimensão semântica da avaliação, isto é, o modo como os interlocutores estão se sentindo, os julgamentos que eles fazem, o valor que eles atribuem a vários fenômenos de sua experiência. Essas etapas fornecerão a base para a análise seguinte, ou seja, da

identificação da ideologia que contribui para a persuasão referente à demonstração da tese de Cony.

As três análises do artigo de opinião de Cony serão feitas concomitantemente:

(a)	1ª. linha:	Transitividade	(sublinhado)
(b)	2ª. linha:	Modalidade	(entre colchetes) (negrito)
(c)	3ª. linha:	Avaliatividade	positiva (+); negativa (-)
Nota: # marca início de parágrafo			

Esfola! Mata!		Carlos Heitor Cony
#1 (Eu)	<u>Aprendi</u> , não <u>sei</u> com quem, que não se [deve] <u>dar</u> dois tipos de <u>chute</u> : em	
(1) Experienciador	Mental Mental	dar chute = chutar Material
(2)	obrigação	
(3)	Apreciação(-)	
despacho de macumba e em cachorro <u>atropelado</u>. Na realidade, [nunca] [tive vontade]		
	Material	= quis
Apreciação(-)	Apreciação(-)	frequência desejabilidade
nem [oportunidade] para <u>chutar</u> despachos com farofa e velas acesas , e muito menos		
	Material	
Frequência	Apreciação(-)	
<u>chutar</u> <u>cachorros</u> . Daí a maneira como (eu) [fiquei] <u>sabendo</u> de mais uma coisa inútil ,		
Material	Mental	Fenômeno
experienciador		Apreciação(-)
entre <u>outras tantas</u> .		
	Fenômeno	Apreciação(-)
Discussão do primeiro estágio		
<p>O texto se intitula "Esfola! Mata!", que abre duas possibilidades de acepção: seria a violência aí sugerida a posição de Cony ou de outros? O primeiro parágrafo faz entrever que se trata da segunda alternativa, pois, logo no início, Cony é o Experienciador de dois processos Mentais ["aprender" e "saber"], pelos quais informa que sua hipótese é de que não se deve chutar despacho de macumba e nem cachorro atropelado. Apreciações (-) de não-Desejabilidade e não-Frequência, alinham-se estabelecendo a coesão pela prosódia (a avaliação que se espalha pelo texto). O parágrafo, por isso, lista uma série de situações, que, pela coesão prosódica, inunda o texto com Apreciações negativas, já inculcadas na memória da nossa cultura. "Despachos com farofa e velas</p>		

acesas" remetem a mistérios, à obscuridade, a coisas inexplicáveis, além de "cachorro atropelado", que, já no primeiro parágrafo, não só abrem a expectativa para questões nebulosas; mas também a fatos envolvidos em Avaliatividade negativa. Tudo isso compõe um cenário que lembra produto em decomposição, cheirando a necrose e que preparam o clima para o que está por vir.

#2 No momento, temos **o caso** do ex-senador Demóstenes Torres, que depois de (DT)

Existencial Existente Meta

Apreciação(-)

atropelado, (ele) está sendo **chutado** **como o demônio da vez**,

Material Meta Material Circunstância (comparação)

Apreciação(-) Apreciação(-) Apreciação(-)

na base do **mata**, **esfola!** (DT) Mereceu o **atropelamento**. Foi **com alívio**

Material Material Portador Relacional Material Circunstância

Apreciação(-) Idem Julgamento(-) Afeto(+)

que a opinião pública recebeu a sua **cassação**. Mas a mesma opinião pública ficou

Beneficiário Material Meta Portador Relacional

Julgamento(-)

pasmada ao saber que ele **voltará** a ser o que era, ocupando

Atributo Mental Ator Relacional Atributo Relacional Material

Afeto(-) Avaliação Social(-)

um cargo público com a respectiva remuneração.

Meta Circunstância

Avaliação Social(-)

Discussão do segundo estágio

Com uma fusão de narração e descrição sobre situações conhecidas do leitor, Cony traça a situação vigente: a contradição entre a cassação do exercício de um cargo público e o retorno ao exercício de outro cargo público. Nessa fusão, há a interferência de duas vozes: a do autor ("mereceu o atropelamento") e, como reforço à sua voz, a presença da opinião pública ("ficou aliviada", única avaliação positiva), mas logo se decepcionou ("ficou pasmada"), em que se percebe a crítica do autor referente à incoerência da lei. De resto, o parágrafo é coeso por meio da prosódia de Avaliatividade negativa.

Notemos o uso de várias nominalizações ("chutado", "atropelado", "atropelamento") que exercem duas funções: o autor não precisa citar, a cada vez, o Ator ou a Meta desses processos, facilmente recuperáveis do

contexto pelo leitor, o que concorre para tornar conciso o texto; e, além disso, coloca DT como a vítima desses processos.

3. A causa que provocou a **sua expulsão do Senado** continua de pé.
Existente Existencial

Julgamento(-)

Discussão do terceiro estágio

Cony lembra o leitor de que o retorno de DT ao cargo público não elimina sua culpa e a condenação pública. Dá, assim, continuidade à oposição entre o "esfola e mata" e a realidade incontestável da lei. Daí não ser necessário "chutar cachorro atropelado". É mais um acréscimo em defesa desta sua hipótese.

Novamente, a nominalização ("expulsão") coloca DT, sem mencioná-lo, como Meta do Processo Material ("expulsar").

4. [Seria] um caso para ser decidido no âmbito de seu Estado. Ele [pode]
Meta Material[passiva] Circunstância Meta

Probabilidade

Probabilidade

responder a um processo administrativo [ser julgado] em Goiás, com **amplo direito**
Material

Apreciação(-)

Apreciação(+)

de defesa. E [se] for condenado, aí sim, perderá o emprego a **bem do serviço público**.
Material [passiva] Material

Probabilidade

Avaliação Social(+)

Fora disso, seria **uma violência e uma vingança mesquinha** que nenhum **homem** (ou
Atributo

Probabilidade

Julgamento(-)

cachorro) atropelado merece.

Material [passiva] Material

Julgamento(-)

Discussão do quarto estágio

A presença da Modalização de Probabilidade – *seria, pode, se for* - mostra de um lado, o cuidado do autor nas afirmações que faz, calcado em futuro hipotético, mas por outro lado faz o leitor ver que DT ainda tem a seu

favor algumas possibilidades, garantidas por lei. Assim sendo, serão desnecessárias a violência e a vingança contra cachorro atropelado, que conta com direitos que a lei lhe garante, hipótese, que o autor tenta evidenciar por meio desse argumento.

Este quarto estágio de gênero alterna atribuições positivas e negativas de Avaliatividade que, assim, fazem ver a imparcialidade com que Cony tenta tratar do assunto.

5. Em tempo: gostei da crônica do Sérgio Dávila do último domingo, na qual aparece

Mental	Fenômeno	Circunstância	Existencial
Afeto(+)			

um cidadão recebendo e agradecendo, no seu iPhone 4, o carinho da mulher,

Existente/Dizente	Material	Verbal	Meta/Verbiagem
Julgamento(-)			Avaliação(+)

de parentes e de amigos na mesma hora em que estava sendo votada

Material [passiva]

Avaliação(+)

a sua cassação.

Julgamento(-)

Discussão do quinto estágio

Na sua defesa da hipótese de que "é inútil chutar cachorro atropelado", Cony mostra aqui o outro lado da medalha, o do ser humano que - embora derrotado e quase chutado na sua vida política, conta ainda com seus familiares e amigos no âmbito familiar. Ou seja, o ser humano é um ente complexo e, por isso, não deveria ser julgado apenas na sua faceta em evidência em determinados momentos. Ao mesmo tempo, nota-se nessa observação o cuidado que essa visão imparcial pode acarretar no futuro, passadas as águas da tormenta: a vítima de hoje pode surgir como o poderoso de amanhã.

Nesse contexto, a Avaliatividade(+) amplia sua abrangência, o que ameniza o ambiente de exaltação furiosa que reina no panorama político.

6. O **repúdio público** provocado por suas relações com um esquema criminoso

Material [passiva]	Ator
--------------------	------

Avaliação Social(-)

Julgamento(-)

não afetou o carinho de sua família e de seus amigos . Politicamente (foi) isolado, Meta	Afeto (+)
com [evidente] e já punida culpa no cartório, [cabe]-lhe resgatar Material [passiva] Material	Julgamento(-) Julgamento(-)
Probabilidade	Obrigação
a <u>sua imagem pública</u> e, para isso, [deverá] contar com o apoio não apenas de sua Meta	Probabilidade Afeto(+)
família e de amigos, mas de todos aqueles que <u>sentem</u> repugnância em <u>chutar</u> Mental Fenômeno Material	Apreciação(-)
um homem (ou um cachorro) atropelado Material [passiva]	Julgamento(-)
Discussão do sexto estágio	
<p>Após argumentar no estágio anterior, mencionando a lei que pode favorecer DT, Cony, continua a apresentar dados que evidenciem a sua hipótese. Nesse estágio, o autor apela para a emoção do leitor, falando daqueles "que sentem repugnância em chutar homem ou cachorro atropelado", e com isso configura esse ato como uma mostra de covardia, que ninguém gostaria de assumir. Já bastaria a indiferença e a ausência de consideração que o político sofre em seu ambiente profissional.</p>	

4.1.4 Discussão geral da análise da Transitividade e da Avaliatividade/ Modalidade

Cony é o Experienciador de dois processos Mentais ["aprender" e "saber"], pelos quais ele inicia sua posição contrária ao Esfola! e Mata! que começa a invadir o País. Apreciações (-) de não-Desejabilidade e não-Frequência, alinham-se estabelecendo a coesão pela prosódia (a avaliação que se espalha pelo texto), com menções de "Despachos com farofa e velas acesas", de Avaliatividade (-) na cultura do povo.

Na fusão de narração e descrição sobre situações conhecidas do leitor, que apoiam o ponto de vista de Cony, a presença da opinião pública que "fica aliviada" que tem Avaliatividade (+), logo desmentida com "ficou pasmada" (devido ao retorno de DT a um cargo público), em que se entrevê a crítica do autor referente à incoerência da lei. Notemos a nominalização ("expulsão"), responsável em trazer DT ao cenário sem mencioná-lo, como Meta do Processo Material ("expulsar").

O articulista, ao fazer suas afirmações sobre as possibilidades ainda garantidas a DT, tem o cuidado de marcá-las com escolhas léxico-gramaticais marcadas por modalização de Probabilidade, que as coloca como futuro hipotético, mas que bastam para alertar a comunidade da inutilidade do Esfola! Mata! Para tanto, as Avaliatividades positivas e negativas apoiam o estabelecimento de uma situação que flutua entre os prós e contras da revolta do povo.

Finalmente, para preparar terreno e que insere seu último argumento, Cony fala de político derrotado na vida pública, mas amparado na vida familiar, talvez uma tentativa de mostrar a complexidade do ser humano. Nesse contexto, a Avaliatividade (+) amplia sua abrangência, o que ameniza o ambiente de exaltação furiosa que reina no panorama político. Assim, ele tem as condições necessárias para falar do sentimento de asco que ele sentiria em atropelar cachorro atropelado, esperando que possa assim persuadir seu público abandonar essa ideia cheia de ira e de violência, já que amplamente inútil. Se assim for, ele terá convertido sua hipótese em tese.

4.1.5 Análise da ideologia subjacente à persuasão que percorre o texto

As análises feitas até aqui mostram que o exame da microestrutura linguística revela a existência de elementos pertencentes a crenças e valores da cultura de uma comunidade, dos quais Cony lança mão para mais facilmente persuadir seus leitores. O objetivo do autor é mostrar a incoerência da lei que dá direito a um senador cassado, retornar à sua atividade pública. Para tanto, ele vai ao encontro do conhecimento das expectativas do receptor, para poder falar sobre fatos que povoam o enquadre mental desse receptor e assim conseguir a acolhida positiva de suas ideias. Nesse sentido, Cony articula e defende discursivamente a ideologia do

povo brasileiro para que ele apoie sua proposta.

Assim, por exemplo, ele cria um ambiente avaliado negativamente, com situações rejeitadas pelo povo, para, inicialmente, compor um contexto de não aceitação do retorno de DT à sua atividade profissional. Como a sua intenção, porém, é de convencer a população a não dar continuidade ao movimento do *Esfola! Mata!*, ele recorre, novamente, à ideologia do grupo, chamando à atenção para o fato legal que sustenta o privilégio do político cassado.

Se a persuasão, via convicção, não resultar em apoio à sua ideia, o que é uma possibilidade, Cony, finaliza, clamando pela persuasão por meio da sedução, recorrendo, agora, à sensibilidade do leitor para lançar o seu argumento derradeiro em favor de sua proposta.

Por meio da análise do artigo de opinião em foco, podemos entender como o escritor, sabendo como os grupos sociais são construídos e diferenciados com base na ideologia, pode tirar proveito desse fato em favor do processo de persuasão.

Vimos que as formas linguísticas no nível superficial - no caso, as formas do sistema da Transitividade e da Avaliatividade - fazem surgir posições ideológicas subjacentes, que dão apoio a Cony para sustentar a persuasão que ele tece para evidenciar sua tese.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa é o exame, de cunho crítico, da persuasão que percorre o artigo de opinião, de autoria de Carlos Heitor Cony, *Esfola! Mata!*, publicado na *Folha de São Paulo* em 17.07.12. in. Academia Brasileira de Letras. Acreditamos que podemos responder às seguintes perguntas: (a) como se caracteriza a estruturação de gênero nesses artigos, tendo em vista a questão da persuasão? (b) como é feita a relação entre as formas linguísticas e a ideologia que subjaz a esses artigos para garantir a persuasão na argumentação desenvolvida nesses textos?

A análise do gênero artigo de opinião com a divisão do texto em estágios genéricos e posterior enfoque nas finalidades de cada estágio, além de facilitar a visualização da análise, tem a vantagem de avaliar a coerência do texto em termos

de sua macroestrutura, ou seja, no caso, da estrutura de uma argumentação. Viu-se que o autor adotou a estrutura conhecida como de "Problema-Solução", em que apresenta a sua proposta referente a um problema e tece a argumentação, mostrando os prós e os contra do que é anunciado no título Esfola! Mata!

Por outro lado, a análise da microestrutura - feita por meio do exame do sistema da Transitividade, da metafunção Ideacional, e da Avaliatividade/Modalidade, da metafunção Interpessoal - mostra que as escolhas léxico-gramaticais feitas, nesse nível, por Cony, revelam a ideologia do povo a quem a autoria se dirige, e da qual ele lança mão para convencer seu público a aceitar sua proposta.

Quando ao meu envolvimento nesta pesquisa, nesses anos anteriores em que me ocupei da leitura de teorias que embasam a análise do artigo em foco, revelaram-me novas perspectivas de estudo e de ensino de língua. Faltava-me, agora, percebo, se bem que já pressentia o fato, uma teoria que me ajudasse a responder adequadamente aos problemas que surgiam em sala de aula, em especial nas aulas de redação. Tenho já colhido frutos extremamente positivos, tanto na produção da escrita, como também na interação com a classe, uma consequência indireta da assimilação de propostas teórico-metodológicas que este mestrado me proporcionou.

Espero que a minha pesquisa possa ser útil ao avanço das ciências linguística, principalmente, na área da Linguística Aplicada. E sei que há um vasto campo a ser pesquisado nesse sentido. Quem sabe num futuro doutorado.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 17 de junho de 2012. Produzido por Carlos Heitor Cony. Disponível em:
<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=16&infoid=13692&sid=906> Acesso em 15 out, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA E NORMAS TÉCNICAS. NBR6027. Rio de Janeiro, Agosto de 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA E NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023. Rio de Janeiro, Agosto de 2011.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. *Estética da criação verbal*. SP: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. & VOLOSHINOV. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad.do francês de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 6.ed. São Paulo, Hucitec, 2004.

BAUGH, J. *Beyond Ebonics : linguistic pride and racial prejudice: linguistic pride and racial prejudice*. Oxford University Press, 2000.

BEDNAREK, M. A. *Frames revisited - the coherence-inducing function of frames*. *Journal of Pragmatics*, 2005, 685-706.

BIBER, D. *Variation across speech and writing*. London: Cambridge University Press. 1999.

BIBER, D. *Dimensions of register variation*. London: Cambridge University Press. 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)*. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais + (PCN+) – Linguagem e Códigos e suas Tecnologia*. Brasília: MEC, 2002.

CALDAS, C.R. e COULTHARD, M. *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*. London: Routledge. 1996.

CEREJA, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: Linguagens*. São Paulo: Atual, 2003.

COTTER, Colleen. *Diversity awareness and the role of language in cultural representations in news stories*, *Journal of Pragmatics*, 2011, 1890-1899.

EGGINS, S. *An introduction to systemic functional linguistics* . London: Pinter, 1994.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

FETZER, Anita. *Theme zone in English media discourse: Forms and function*. *Journal of Pragmatics*, 2008, 1543-1568.

FIGUEREDO, G. P. *The flow of information in “Brian Aldiss Supertoys Last All Summer Long” and its translation into brazilian portuguese*. 2006. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos>>. Acesso em: 17 jul. 2009.

FIRTH J. R. The Technique of Semantics. Transactions of the Philological Society. London: Oxford University Press, 1935.

FOWLER, R. Language in the news. Londres: Routledge, 1991.

GREAVES, William S. Systemic Perspectives on Discourse, Vol. I: selected theoretical papers from the 9th International Systemic Workshop, Norwood: N.J.: Ablex, 1985, 248-274.

GRICE, H. P. Logic and Conversation. In: P. Cole e J. Morgan (eds.) Syntax and Semantics: v. 3, Speech acts. New York: Academic Press, 1975, p. 41-58.

GUMPERZ, John J. Discourse Strategies - Studies in Interactional Sociolinguistics,. Cambridge: University Press, 1982.

HABERMAS, Jürgen. Reason and the Rationalization of Society, Volume 1 of The Theory of Communicative Action, English translation by Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press (originally published in German in 1981).

HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R.. The Structure of a Text, in Halliday, M.A.K. e R. Hasan, Language, Text and Context, Geelong, Vic.: Deakin University Press (republicado por OUP 1989). 1989.

HALLIDAY, M.A.K. An Introduction to Functional Grammar. Londres: Arnold, 1985 e 1994.

HALLIDAY, M. A. K. e HASAN. R. Cohesion in English. Londres: Longman, 1976.

HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. Language, Context & Text – Aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford Univ. Press. 1989.

HALLIDAY, M. A. K. e MATHIESSEN, M. I. M. Construing experience through meaning: a language based approach to cognition, London, New York Cassell, 2004.

HYLAND, K; TSE, P. 2004. "I would like to thank my supervisor". Acknowledgements in graduate dissertations. International Journal of Applied Linguistics. 2004, 259-275.

HOEY, M. Signalling in discourse: a functional analysis of a common discourse pattern in written and spoken English. In Advances in Written Text Analysis, ed.by M. Coulthard. London: Routledge, 1994.

HUNSTON, S. Evaluation & Ideology in scientific writing. In: M. Ghadessy (ed.) Register Analysis. Theory & Practice. Londres: Pinter, 1993. p. 57-73.

HUNSTON, S.; THOMPSON, G. Evaluation: An Introduction. In: S. Hunston; G. Thompson (eds.) Evaluation in Text: authorial stance and the construction of discourse. Oxford: Oxford University Press, 1993, p.142-175.

KÄRKKÄINEN, E. Stance taking in conversation: From subjectivity to HYLAND, 2005.

intersubjectivity. *Text & Talk*, 2006, 699-731.

KITIS, E. e MILAPIDES, M. Read it and believe it: How metaphor constructs ideology in news discourse - A case study. *Journal of Pragmatics*, v. 28, 1997, 557-590.

KRESS, Gunther R. e HODGE, Robert Ian Vere. *Language a ideology*, 1979.

KRESS, Gunther. Análise crítica do discurso. *Revisão Anual de Linguística Aplicada*, 1991, 84-99.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

PERELMAN, Chaïm. Dialectique et dialogue. In: *Le Champ de l'Argumentation*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1970, pp.228-235.

LAUERBACH. G.. Argumentation in political talk show interviews. *Journal of Pragmatics*, v. 39. 2007.

LEE, Sook Hee. An integrative framework for the analyses of argumentative/ persuasive essays from an interpersonal perspective. *Text & Talk*, 2008, p. 239-270.

LEMKE, Jay L.. Resources for attitudinal meaning – Evaluative orientations in text semantics. *Functions of Language*, 1998, p. 33-56.

LI, Juan. Transitivity and lexical cohesion: Press representations of a political disaster and its actors. *Journal of Pragmatics*, 2010, p. 34-58.

LIPPI-GREEN, R. *Inglês com sotaque: Linguagem, ideologia e discriminação nos Estados Unidos*. Londres e Nova York: Routledge.1997

MARTIN J.R. e P.R.R. WHITE. *The Language of Evaluation Appraisal in English*. 2005.

MARTIN, J. R. Language, register and genre. In: F. Christie (ed.), *Children writing: reader*. Geelong: Deaking University Press, 1984, p. 21-30.

_____. Process and text: two aspects of human semiosis. In: Benson, James D. e PALTRIDGE, B. *Gênero, Text Type, and the English for Academic Purposes (EAP) Classroom*. In: Ann M. Johns (ed.), *Gênero in the classroom – Multiple Perspectives*. Londres: Lawrence Erlbaum Ass. Publ. 2002.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. (1999). The System of TRANSITIVITY: An exploratory tex-based profile. *Functions of Language*, 1995.1-51.

NORMAS para publicação da PUC MINAS. Minas Gerais: Editora da Pontifícia Universidade Católica, 2011.

PORTA, Mario Ariel González. *A Filosofia a partir de seus problemas*. SP: Edições Loyola, 2002.

PRECHT, Kristen. Stance moods in spoken English: Evidentiality and affect in British and American conversation, 2003, 239-258.

PEIRCE, Charles Sanders. Extratos de Collected Papers, 1931-1958. In: Textes fondamentaux de sémiotique. Paris: MéridiensKlincksieck, 1987.

REYNOLDS, M. Texture and structure in genre. Revue Belge de Philologie et d'Histoire [Special issue: Genre Theory: New Perspectives], v. 73, n. 3, 1997, p. 686-97.

REYNOLDS, M. The blending of narrative and argument in the generic texture of newspaper editorials. International Journal of Applied Linguistics, v.10, n.1, 2000, p. 25-40.

SAUSSURE, Ferdinand de (1.857-1.913). Curso de Linguística Geral. Lisboa: D. Quixote, 1995.

SCHIFFRIN, Deborah. Approaches to discourse. Oxford and Cambridge, MA: Blackwell, 1994.

SINCLAIR, J.M.H. 1994. Trust the text. In: Malcolm Coulthard (ed.): Advances in written text analysis. London: Routledge. 1981.

TABOADA, Discourse Markers as Signals (or Not) of Rhetorical Relations. Journal of Pragmatics 38, 2006, 567-592.

THOMPSON Geoff. Evaluation in Text: authorial stance and the construction of discourse, Oxford: Oxford University Press, 2000, p.142-175.

_____. Introduction. Text, v. 23, n. 2, 2003, p. 171-181.

_____. Interaction in Academic Writing: Learning to Argue with the Reader. Applied Linguistics, 2001, p. 58-78.

THOMPSON, Geoff; THETELA, Puleng. The sound of one hand clapping: The management of interaction in written discourse. In TEXT v.15, n.1, 1995, p. 103-127.

TOULMIN, Edelston Stephen. Os usos da argumentação. Cambridge University Press, 1958.

VAN DIJK, Teun. Princípios de análise crítica do discurso - Discurso e Sociedade, 1993.

VESTERGAARD, T. That's not News: Persuasive and Expository Gêneros in the Press. In: TROSBORG, Anna (ed.) Analysing Professional Gêneros. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publ.Co., 2000.

VIGNER, Gerard. Técnicas de aprendizagem da argumentação escrita. In: D. Coste et al. O texto: Leitura e Escrita. SP: Pontes, 1988.

WHITE, P. Beyond modality and hedging: A dialogic view of the language of intersubjective stance. *Text*, v. 23, n. 2, 2003, p. 259-284.

_____. Beyond exchange: APPRAISAL systems in English. In: S. Hunstone G. 2000.